

# PB

PROBLEMAS BRASILEIROS

ANO 55  
AGO/SET 2018

#447

O AVANÇO DA ECONOMIA  
COMPARTILHADA

REFUGIADOS BUSCAM  
UM LUGAR AO SOL

ENTREVISTA

**José Vicente**

"Entre a direita, a esquerda e o centro, nós continuamos negros."

SANEAMENTO BÁSICO

**Questão de saúde pública**

35 milhões de brasileiros ainda não têm acesso à água potável

## Revolução digital

POR QUE AS NOVAS TECNOLOGIAS PODERÃO  
TORNAR O COMÉRCIO E A INDÚSTRIA MAIS  
EFICIENTES NAS PRÓXIMAS DÉCADAS

RS 9,90





# CONHEÇA O PROGRAMA SENAC DE DESENVOLVIMENTO DE LÍDERES.



## DIAGNÓSTICO

Identificação das necessidades, expectativas e resultados esperados.



## CONTEÚDOS ESTRATÉGICOS

Temas atuais e sintonizados com o mercado.



## NOSSA METODOLOGIA

Equilíbrio entre conhecimentos teóricos e experiências práticas.



## AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

Avaliação de reação, aprendizagem, aplicação e resultados alcançados.

[sp.senac.br/corporativo](http://sp.senac.br/corporativo)  
**0800 707 1027**



atendimento corporativo

FECOMERCIO SP

PRESIDENTE **Abram Szajman**

SUPERINTENDENTE **Antonio Carlos Borges**

Todos os direitos patrimoniais relativos ao conteúdo desta obra são de propriedade exclusiva da FecomercioSP, nos termos da Lei n.º 9.610/98 e demais disposições legais aplicáveis à espécie. A reprodução total ou parcial é proibida sem autorização.

TUTU

www.agenciaututu.com.br

#### REDAÇÃO

Rua Santa Cruz, 722, 5º andar  
CEP 04122-000  
São Paulo/SP | (11) 3170-1571

#### PUBLICAÇÕES

DIRETOR DE CONTEÚDO **André Rocha**

GERENTE DE CONTEÚDO **Fernando Sacco**

EDITOR E JORNALISTA RESPONSÁVEL  
**Lucas Mota** MTB 46.597/SP

EDITORA-ASSISTENTE **Iracly Paulina**

REPÓRTER **Filipe Lopes**

FOTOS **Christian Parente** e **Folha Press**

ESTAGIÁRIA **Priscila Oliveira**

REVISÃO **Flávia Marques** e **Marina Jarouche**

DIRETORES DE ARTE **Clara Voegeli** e **Demian Russo**

EDITORA DE ARTE **Carolina Lusser**

DESIGNERS **Lais Brevilheri**, **Paula Seco**, **Cintia Funchal** e **Joélson Bugila**

ASSISTENTES DE ARTE **Pedro Silvério**

COLABORAM NESTA EDIÇÃO

**Antonio Santomauro**, **Caco Galhardo**, **Daniel Buarque**, **Fabiola Perez**, **Filipe Lopes**, **Guilherme Meirelles**, **Herbert Carvalho**, **Leandro Beguoci**, **Marco Chiaretti**, **Marcos Troyjo**, **Rodrigo Caetano**, **Roseane Santos**, **Sucena Shkrada Resk** e **Silvia Kochen**

FALE COM A GENTE [publicacoes@fecomerccio.com.br](mailto:publicacoes@fecomerccio.com.br)

IMPRESSÃO **Pigma**

PUBLICIDADE **Lemidia** | Tel.: (11) 3078.5840  
[atendimento@lemidia.com](mailto:atendimento@lemidia.com)

DISTRIBUIÇÃO EM BANCAS E REDES DE LIVRARIAS  
**Total Publicações (Grupo Abril)**

**Edicase** Gestão de Negócios

Senac | Sesc | F&CSP

AQUI TEM A FORÇA DO COMÉRCIO



## PB | #447

### Tempo de rupturas

*Em circulação desde 1963, **Problemas Brasileiros** reflete as transformações do País. A revista traz conteúdo de interesse nacional sob o propósito de debater soluções e ouvir opiniões acerca dos desafios políticos e socioeconômicos da Nação.*

*Nesse sentido, nesta edição tratamos dos impactos que as novas tecnologias estão causando nos métodos de produção e consumo. Sustentados por processos digitalizados, mais inteligentes e menos custosos, novos modelos de negócios reforçam o realinhamento de cadeias produtivas e abrem caminhos para uma nova ordem comercial. O Brasil está preparado?*

FIZEMOS O  
QUE VOCÊ  
SEMPRE  
QUIS VER  
NAS ELEIÇÕES

# DEBATES DE ALTO NÍVEL

ARTICULISTAS,  
DEBATEDORES E  
ENTREVISTADOS

ANA CARLA ABRÃO  
ANTONIO LANZANA  
CAMILA JUNQUEIRA  
CLAUDIA COSTIN  
CRISTINA TARDÁGUILA  
EUGENIO BUCCI  
EDUARDO GIANNETTI  
EVA RENON  
MARCELO TAS  
MARCO LUCCHESI  
MARCOS TROYJO  
OTAVIANO CANUTO  
PAULO DELGADO  
ROBERTO AZEVÊDO

NÃO PERCA!  
EM SETEMBRO, NAS  
MELHORES BANCAS  
E LIVRARIAS.

As eleições estão aí, e, daqui a pouco, os candidatos começam a tomar conta de todo e qualquer espaço para chamar a sua atenção. Falam muito, discutem bastante, se atacam e acabam deixando de lado o que realmente importa: discutir temas essenciais, apresentar propostas e mostrar programas de governo.

Pensando nisso, nos unimos ao **UM BRASIL** e estamos preparando uma edição especial, com desdobramentos multimídia sobre o que vem por aí.

Elegemos especialistas para falar sobre reformas, economia, educação, saúde, segurança pública, *fake news*, violência, inovação, cultura, Justiça e política internacional. E ainda resgatamos charges do Glauco para ilustrar nossa pauta.

Elevamos o nível do debate, porque, assim como você, somos eleitores, valorizamos nosso voto, estamos de olho no que acontece e queremos fazer a diferença no futuro do País.

UM  
BRASIL

[www.umbrasil.com](http://www.umbrasil.com)

f @CanalUMBRASIL

PB

PROBLEMAS BRASILEIROS

[www.fecomercio.com.br/publicações](http://www.fecomercio.com.br/publicações)

TUTU



8 Capa  
QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL: SALTO TECNOLÓGICO

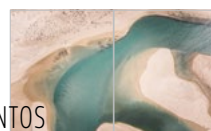
14 Economia  
COMPARTILHAR PARA CONSUMIR



20 Entrevista  
REITOR DA FACULDADE ZUMBI DOS PALMARES  
FALA SOBRE DESIGUALDADE RACIAL

28 Sustentabilidade  
RAIO-X DO SANEAMENTO BÁSICO

36 Estados Brasileiros  
CEARÁ: PLANOS PARA ATRAIR INVESTIMENTOS



42 Internacional  
BRASIL E SEUS ESTEREÓTIPOS

46 Sociedade  
REFUGIADOS QUEREM VIVER NO BRASIL



50 Atualidade  
ASSÉDIO: O ASSUNTO VOLTA À BAILA

54 Segurança Pública  
POLICIAIS VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA



58 Artigo  
TECNOLOGIA E COMÉRCIO GLOBAL,  
POR MARCOS TROYJO

59 Biblioteca  
"DICIONÁRIO DA ESCRAVIDÃO E LIBERDADE"  
– LILIA SCHWARCZ E FLÁVIO GOMES



60 Memória  
100 ANOS DA GRIPE ESPANHOLA

66 Grande Angular  
APARTHEID NA ÁFRICA DO SUL

## ESFORÇO PARA INOVAR

O aumento da competitividade da economia nacional nas próximas décadas está atrelado à sua capacidade de absorver tendências tecnológicas globais que estão transformando cadeias inteiras de produção. Países como Alemanha e Estados Unidos já adotam processos disruptivos na indústria e no varejo, como a impressão 3D, o Big Data, a inteligência artificial e a Internet das Coisas, para gerar produtos e serviços mais eficientes. A fim de discutir esses e outros aspectos que tendem a alterar a dinâmica do comércio mundial, esta edição de **Problemas Brasileiros** traz como assunto de capa a Quarta Revolução Industrial.

Mudanças dessa magnitude exigem um tempo de maturação. Mas se o Brasil deseja reverter seu quadro de baixa produtividade, os setores público e privado precisarão se empenhar – afinal, temos ilhas de excelência que nos servem de modelo em inovação, como no setor aeroespacial e na produção de alimentos. Um mercado conectado à vanguarda dos acontecimentos requer incentivos a pesquisa, desenvolvimento e preparo da mão de obra, além de uma agenda estatal focada na abertura do ambiente de negócios. Se conseguirmos avançar no âmbito da ciência da produção, muitos segmentos podem ter incrementos, da aviação à medicina; da mobilidade urbana à sustentabilidade ambiental.

Se o modo de produzir está mudando, a maneira como as pessoas consomem também está. Tratamos do tema em reportagem sobre a economia colaborativa, conceito que ganhou força após a crise americana de 2008, quando as pessoas viram no compartilhamento uma forma viável de continuar economicamente ativas.

Este número traz também reflexões sobre outros fenômenos da sociedade contemporânea: o racismo e a intolerância. Ouvimos as impressões do advogado e sociólogo José Vicente, líder do movimento afrodescendente, que fala sobre desigualdade racial na educação e no mercado de trabalho. Ele fundou e dirige a Faculdade Zumbi dos Palmares, voltada à inclusão de alunos negros. Além disso, reportagem sobre refugiados mostra a realidade de imigrantes que entram no Brasil fugindo de guerras civis e perseguições políticas e religiosas.

E temos ainda textos sobre a carente segurança pública no Rio de Janeiro, a imagem estereotipada do Brasil mundo afora, os gargalos do saneamento básico no País, entre outros. Em tempos de decisão dos rumos que almejamos, investir na transformação é o caminho que devemos trilhar.

ABRAM SZAJMAN,  
presidente da Federação do Comércio  
de Bens, Serviços e Turismo do Estado  
de São Paulo (FecomercioSP), entidade  
gestora do Sesc-SP e do Senac-SP

## QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL: FUTURO DA ECONOMIA

---

A digitalização dos processos produtivos está causando uma transformação sem precedentes na indústria e no varejo. Na esteira de máquinas capazes de interagir cada vez mais com o homem, modelos de negócios centenários se tornarão obsoletos, e o mercado de trabalho vai sentir os impactos dessa nova realidade. Para não ficar de fora do mundo globalizado, o Brasil tem o desafio de investir em inovação e se preparar para o efeito cascata desse avanço tecnológico.

---

texto RODRIGO CAETANO ilustração PEDRO VÓ

# T

Todos os dias, milhares de pessoas viajam de avião pelo mundo. A imensa maioria nem sequer imagina como essas máquinas são capazes de levantar voo. Há, por trás desse meio de transporte extremamente eficiente, uma miríade de tecnologias de ponta, desenvolvidas ao longo de mais de um século, que transformaram as viagens aéreas em experiências seguras, ainda que nem sempre agradáveis. Apesar de desconhecer por completo o funcionamento de uma aeronave, os passageiros confiam cegamente em seu desempenho, graças ao bom trabalho dos engenheiros.

Um número menor ainda de pessoas está ciente de que essa mesma indústria lidera uma transformação sem igual na manufatura. O maior exemplo dessa revolução pode ser conferido na cidade de Auburn, no Estado do Alabama, Estados Unidos. É lá que a CFM, uma *joint venture* entre a americana General Electric e a francesa Safran Aircraft Engines, está fabricando turbinas de avião usando a técnica de manufatura aditiva, popularmente conhecida como “impressão 3D”. Peças importantes dos motores, como os injetores de combustível – que precisam suportar temperaturas de milhares de graus Celsius –, estão sendo produzidas nessas impressoras, com vantagens claras. A principal delas é reduzir a complexidade da montagem. Em alguns casos, sistemas que exigiam o encaixe de 289 componentes serão substituídos por uma única peça, elaborada com base na impressão 3D.

Desde 2017, os motores Leap, que equipam alguns dos aviões mais utilizados no mundo, como o Airbus A320 e o Boeing 737, estão saindo de fábrica com as peças “impressas”, sem registros de falhas. A expectativa é de que, neste ano, sejam entregues 1,2 mil, e no ano que vem, 1,8 mil motores. Adicionalmente, serão produzidos em torno de 34 mil injetores de combustível nas 37 máquinas de manufatura aditiva da fábrica. “A transformação digital contribui para que a indústria aumente sua eficiência e produtividade, trazendo benefícios para as empresas e para a sociedade”, afirma a CEO da GE no Brasil, Viveka Kaitila. “Nas diversas áreas de atuação da GE, aplicações cada vez mais inteligentes acarretam iniciativas que buscam facilitar o dia a dia industrial e, assim, reduzir custos e promover a discussão do tema com todo o mercado.”

O avanço da indústria de aviação na manufatura aditiva é, no entanto, apenas um dos indicativos de uma transformação muito maior que acontece em todos os setores industriais. Em um processo que está sendo considerado a “Quarta Revolução Industrial”, novas tecnologias e a completa digitalização do chão de fábrica estão mudando quase todos os aspectos da produção, com consequências ainda a serem calculadas. Essa revolução está baseada na ideia de controle total das etapas de fabricação por meio da utilização de sensores e inteligência artificial. A captação de dados em tempo real, aliada à capacidade de processamento de uma quantidade inimaginável de informações, está permitindo alcançar níveis antes impensáveis de eficiência. Paralelamente, a ideia de produzir por meio da adição de camadas de matérias-primas, como na manufatura aditiva, em vez do tradicional método de desbaste e deformação dos materiais, possibilita uma customização total do produto. A esse conjunto de inovações, convencionou-se chamar de “indústria 4.0”.

### PIONEIRISMO ALEMÃO

A primeira vez que o termo foi utilizado de forma estruturada, como conceito, foi em 2011, durante a Feira da Indústria de Hannover, na Alemanha, um dos mais importantes eventos da manufatura mundial. “O cenário da feira deste ano é dominado por robôs de todas as formas, o que não é necessariamente algo novo. A novidade está no fato de os colegas metálicos se aproximarem cada vez mais da figura humana, trabalhando juntos nos espaços mais apertados”, afirmava, na época, uma reportagem da agência de notícias alemã Deutsche Welle. Não é coincidência que a Alemanha tenha sido o berço do conceito. O termo, na verdade, descreve um projeto do país que tem o objetivo de promover um salto de competitividade na sua indústria. Vale ressaltar que os três principais partidos alemães assinaram um compromisso para levar adiante o programa, independentemente de mudanças governamentais. “Os alemães entenderam que se manter na vanguarda tecnológica é

---

## A CHAMADA “INDÚSTRIA 4.0” ESTÁ TRANSFORMANDO A PRODUÇÃO E AS CADEIAS DE NEGÓCIOS GLOBAIS, MAS O BRASIL AINDA PRECISA DESPERTAR PARA ESSA NOVA REALIDADE

---

uma forma de garantir o desenvolvimento e a relevância econômica”, afirma o economista-chefe do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), Rafael Cagnin.

O projeto alemão deu origem a movimentos similares em outras nações desenvolvidas. Os Estados Unidos, por exemplo, lançaram seu próprio conceito, chamado de *advanced manufacturing* (“manufatura avançada”, em tradução livre). Em sua essência, os dois termos se equivalem. Na base, está a ideia de replicar digitalmente o ambiente de chão de fábrica para que sistemas ciberfísicos (CBS) monitorem os processos e possam tomar decisões descentralizadas. De forma resumida, é como se toda a linha de produção de uma fábrica funcionasse virtualmente em um computador, permitindo não só o seu monitoramento, mas também que sistemas de inteligência artificial tomem decisões sem a interferência de um ser humano. Algumas dessas providências automáticas são simples, como solicitar novos insumos à medida que vão se esgotando. Outras, nem tanto. Determinados softwares, por exemplo, são capazes de prever a quebra de uma máquina com base em variáveis que antes passavam despercebidas pelos trabalhadores humanos.

A consequência da adoção desse modelo é um ganho expressivo de produtividade. Levantamento feito no ano passado pelo professor Silvio Meira, do Centro de Tecnologia e Sociedade da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro

(FGV-RJ), aponta que, nos próximos 50 anos, a produtividade da indústria irá crescer entre 0,8% e 1,5% ao ano, globalmente, graças à adoção de tecnologias de robótica e inteligência artificial. O número é expressivo considerando que, na Primeira Revolução Industrial, proporcionada pela criação da máquina a vapor, o ganho de produtividade médio foi de 0,6% ao ano, aproximadamente metade da projeção atual. O lado negativo fica por conta do possível desaparecimento de uma série de empregos industriais. A consultoria McKinsey & Company estima que, só no Brasil, mais de 15 milhões de trabalhadores devam ser afetados pela automação até 2030. “Todo esse processo tem implicações sociais, em organizações e indivíduos. A evolução está ganhando velocidade”, afirma o professor André Miceli, coordenador do MBA em Marketing da FGV.

Essas inferências abrangem desde a criação de novos modelos de negócios para a indústria até a ruptura completa de cadeias produtivas, com efeitos diretos no mercado de trabalho. “Das muitas áreas impactadas, as mais relevantes são a sustentabilidade ambiental e as habilidades que exigem qualificação profissional”, afirma Miceli. Poucos setores ficarão imunes a essa transformação, que deve, ainda, extrapolar para outras áreas da economia, como serviços e, especialmente, o varejo. “Já vemos o comércio ser extremamente impactado pela digitalização, por exemplo. Basta olhar para o que a Amazon vem fazendo”, destaca Cagnin, do Iedi.



Quando a sociedade e a economia se deparam com tamanha transformação no setor industrial, podem esperar repercussões em cascata. Ainda que todas as atividades econômicas sejam geradoras de emprego e renda, a capacidade da indústria em gerar impactos sobre as demais atividades e sobre o dinamismo do sistema econômico se sobressai, de acordo com análise feita pelo Iedi. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), por exemplo, estima que, globalmente, a indústria de transformação responda por 70% dos gastos empresariais com pesquisa e desenvolvimento (P&D), fundamentais para fomentar o crescimento econômico e a criação de empregos qualificados, que geram mais renda. É nesse contexto que o Brasil, ainda lutando para superar a intensa crise econômica dos últimos anos, enfrenta o enorme desafio de alinhar sua indústria com a nova realidade mundial, sob o risco de perder o bonde tecnológico e se ver privado do desenvolvimento proveniente dessa revolução.

#### DESAFIO NACIONAL

Os problemas da indústria brasileira, no entanto, são anteriores ao surgimento da indústria 4.0. “Hoje, o mundo discute a Quarta Revolução Industrial. Mas o Brasil, na maior parte, ainda não participou da Terceira Revolução”, afirma Cagnin. O economista se refere à adoção de sistemas de automação industrial que começou com o chamado “Toyotismo”, sistema de produção japonês que substituiu o Fordismo, americano, a partir da década de 1970. Essa primeira fase de automação, que se desenvolveu ao longo das décadas seguintes, principalmente com a evolução da robótica, é hoje a base de partida da indústria 4.0. Há exceções, mas é praticamente impossível adotar o conceito mais recente sem passar pelo anterior. “Nossa indústria não acompanhou o desenvolvimento tecnológico”, afirma o economista. Não por acaso, a produtividade

---

## SISTEMAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL TOMAM DECISÕES CAPAZES DE PREVER DISFUNÇÕES COM BASE EM VARIÁVEIS NÃO PERCEBIDAS POR HUMANOS

---



da indústria brasileira está em declínio, na contramão da tendência dos países desenvolvidos. Entre 2006 e 2016, ela caiu mais de 7%, de acordo com levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Atualmente, o País está na 29ª colocação no ranking de competitividade industrial Global Manufacturing Competitiveness Index, elaborado pela consultoria Deloitte. O índice é liderado pela China.

Para tentar recuperar o tempo perdido, o governo brasileiro tem lançado algumas iniciativas. Em maio, por meio de uma portaria, foi criado um grupo de trabalho interministerial que será responsável por elaborar uma estratégia nacional para a indústria 4.0. Participam da iniciativa o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), o Ministério da Fazenda, o Ministério do Trabalho e a Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos, além do BNDES, da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e de representantes do setor privado. Em março, numa outra ação, o MDIC e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) lançaram a “Agenda Brasileira para a Indústria 4.0”, um conjunto de medidas para estimular os investimentos, especialmente entre pequenas e médias empresas. “A indústria 4.0 deve mobilizar imediatamente nosso setor produtivo. O futuro da economia brasileira necessariamente passa por essa nova Revolução Industrial”, afirma o presidente da ABDI, Guto Ferreira. “Precisamos de um esforço conjunto, que posicione o Brasil estrategicamente nesse contexto global.”

Entre as medidas anunciadas estão um programa para aproximar indústrias e startups e um fundo de R\$ 30 milhões com o objetivo de investir em projetos de fábricas do futuro, que funcionam como ambientes de testes para soluções inovadoras. “Como parte do programa, o BNDES, a Finep e o Banco da Amazônia também dispõem de R\$ 9,1 bilhões em linhas de crédito especiais para modernização das plantas produtivas e produção de máquinas ou sistemas”, afirma Ferreira. Paralelamente, uma parceria entre MDIC, Ministério da Educação e a Comissão Europeia viabilizará recursos para o treinamento, em indústria 4.0, de 1,5 mil professores de educação profissional e tecnológica. A expectativa é de capacitar 10 mil alunos da rede federal. “O mercado de trabalho está acompanhando as necessidades da indústria. Entretanto, acreditamos que seja necessário acelerar isso por causa da velocidade do desenvolvimento tecnológico”, destaca Ferreira.

#### INVESTIMENTO PRIVADO

Apesar dos esforços do governo, falta, de fato, uma política nacional para o desenvolvimento da indústria 4.0. Essa ausência faz com que os investimentos sejam esparsos, comandados pelo setor privado e sem uma coordenação que direcione os esforços aos segmentos nos quais o Brasil apresenta vantagens competitivas. Nesse sentido, é clara a vocação do País nas áreas ambiental, de saúde e da agricultura. Mas, até o momento, o setor que mais se destaca em termos de investimentos é a indústria automotiva. Em março, por exemplo, a Mercedes-Benz inaugurou uma nova linha de montagem de caminhões em sua fábrica, em São Bernardo do Campo, no ABCD paulista, resultado de um investimento de R\$ 500 milhões em tecnologias alinhadas ao conceito. Segundo o vice-presidente de operações da companhia, Carlos Santiago, o tempo de produção na nova unidade caiu 15%.

Uma pesquisa feita pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) traz um alento: entre 632 grandes corporações consultadas, todas de grande porte, o percentual das que utilizam ao menos alguma tecnologia digital subiu de 63% para 73% entre 2016 e 2018. É um indicativo de que há um processo de digitalização em curso, ainda que lento e tardio.

Realizar essa passagem para o mundo digital pode parecer complicado e caro, mas é possível começar de forma pequena. “Na verdade, o ideal é começar pequeno”, afirma o vice-presidente executivo da Stefanini, empresa brasileira que desenvolve sistemas para a indústria 4.0, Ailton Nascimento. “Nem é recomendável dar grandes saltos.” O especialista diz que o primeiro passo é fazer uma análise da situação para, em seguida, determinar um plano de ação. A vantagem da tecnologia é que ela oferece um retorno rápido, em muitos casos. “O ganho de eficiência inicial, muitas vezes, é suficiente para pagar todo o projeto”, ressalta Nascimento. Viveka Kaitila, da GE, menciona um caso da siderúrgica Gerdal, uma das maiores do País, que investiu R\$ 1,3 milhão em um projeto-piloto de monitoramento de ativos. O sistema foi capaz

de identificar falhas até então não percebidas nos processos. “Só o valor economizado por meio de duas grandes descobertas já foi equivalente ao custo do projeto”, afirma Viveka.

Há outro caminho, ainda, para o Brasil entrar nessa onda da indústria 4.0: apostar no desenvolvimento de novas tecnologias. A vantagem é que, ao contrário da indústria já estabelecida, não é preciso passar pela Terceira Revolução para desenvolver inovação alinhada à Quarta. Essa é a via escolhida por países como China e Japão. “Os países que tradicionalmente dominavam a liderança global da inovação, principalmente os EUA e a Alemanha, estão estagnados e cedendo terreno para a emergente e desenvolvida Ásia”, afirma Viveka. “China e Japão se tornaram um ponto de acesso alternativo para a inovação global, confirmando que a inovação está desestabilizando o cenário competitivo global em níveis regional e industrial.”

Favorecer o ambiente de startups é crucial para perseguir esse modelo, que tem a vantagem de fomentar, também, a modernização do parque já instalado. “De qualquer forma, é preciso que o Brasil tome uma decisão sobre o que pretende fazer com a sua indústria”, ressalta Rafael Cagnin, do Iedi. “Se ficar parado, o País corre o risco de perder toda a competitividade da indústria. O que seria um desperdício. Afinal, com todos os problemas, ainda temos o nono maior parque fabril do mundo.” A armadilha está no fato de que boa parte das pessoas simplesmente não se preocupa com o que está por trás das tecnologias que utilizam, como no caso dos aviões. Se o Brasil quiser se manter como uma nação industrializada, no entanto, terá que prestar mais atenção ao que está por dentro da fuselagem. Nessa jornada em direção ao mundo desenvolvido, não dá para ser apenas um simples passageiro.

&

## COMPARTILHAR MAIS, CONSUMIR O NECESSÁRIO

---

**A recessão coincidiu com um período em que uma tendência mundial se acentuou: uma nova forma de consumir, sem a posse do produto. É a chamada “economia colaborativa” (ou compartilhada), que ganha adeptos graças à tecnologia. Hoje, pessoas no mundo todo já se conectam em torno de interesses comuns, que vão de uma bicicleta ou carro até um voo executivo. O crescimento da modalidade chama a atenção das autoridades, que já discutem um marco regulatório.**

---

texto GUILHERME MEIRELLES fotos CHRISTIAN PARENTE



# O

O administrador Acacio Mokarzel, 27, e sua esposa, Maruscka, 29, não sabem o que é ter um carro próprio, tampouco desejam investir na compra de um modelo. Arquiteta, especializada em decoração de festas infantis, Maruscka resolve seus problemas de mobilidade na cidade de São Paulo de uma forma prática e econômica. Durante a semana, quando precisa sair de seu escritório, na Vila Olímpia, ela utiliza o aplicativo Uber. Aos fins de semana, quando se desloca para os eventos – muitas vezes, distante de casa –, opta pelo serviço compartilhado MoObie, pelo qual o dono de um carro aluga o seu veículo por um valor abaixo do que se pagaria em uma locadora tradicional. “Meu marido fez as contas e concluiu que fica muito mais barato. Economizamos em impostos e manutenção”, justifica a arquiteta, que costuma pagar entre R\$ 70 e R\$ 90 a diária, mais a taxa de R\$ 35 da plataforma. “Somos um casal acostumado a compartilhar”, afirma. Em uma temporada de três meses no Rio de Janeiro durante os Jogos Olímpicos, o casal alugou um apartamento de um dormitório no bairro do Flamengo, por R\$ 3 mil mensais, por meio do aplicativo Airbnb. “Não havia imóveis disponíveis nas imobiliárias”, recorda. Em outra oportunidade, o casal lançou mão do aplicativo de consumo colaborativo Tem Açúcar? para “pedir emprestado” um colchão de ar e um ventilador por alguns dias para receber uma visita. “Não queríamos comprar duas peças que teriam pouco uso. Pelo aplicativo, descobri um morador próximo que cedeu as peças para nós. Recebemos nosso hóspede sem gastar nada”, comemora.

Compartilhar recursos humanos, objetos e mão de obra é uma prática que envolve a socialização do indivíduo em alguma etapa da sua vida ou em ações do cotidiano, como morar em uma república de estudantes ou andar nas lotações que ainda trafegam pelas ruas das grandes

cidades brasileiras. “Enquanto forma de produção, a economia compartilhada tem suas raízes no cooperativismo de produtores rurais na Europa do século 19, com a associação de pessoas movidas por interesses comuns”, explica o professor de Empreendedorismo do Insper Marcelo Nakagawa. O grande salto está relacionado diretamente ao vertiginoso avanço das tecnologias digitais na década de 1990, período em que surgem as plataformas de *marketplace*, como os sites de leilões e o Mercado Livre. “A avaliação do comprador trouxe para a relação o conceito de credibilidade, que é marca essencial das plataformas de economia colaborativa. E a credibilidade é ponto-chave para o sucesso”, garante.

### EFEITO PÓS-CRISE

O *boom* veio em 2009, como uma resposta do empreendedorismo digital aos efeitos da crise global que havia eclodido no ano anterior. A partir daquele ano, surgem plataformas que, em curto espaço de tempo, ganharam escala e se tornaram mundialmente conhecidas, como a Uber, nascida em 2009, em São Francisco (EUA); o Waze, lançado em 2008 em Israel e adquirido em 2013 pela Google por US\$ 1,3 bilhão; e o aplicativo Airbnb, maior plataforma alternativa de hospedagem do planeta, presente em 81 mil cidades de 191 países.

O Brasil aceitou de braços abertos todas as plataformas globais. O aplicativo de estadia compartilhada chegou ao País em 2012, com 3,5 mil anúncios, e atingiu 180 mil em todo o território nacional em 2017. Segundo a assessoria de comunicação do Airbnb-Brasil, o ganho anual médio de um anfitrião é de R\$ 6,07 mil, sendo que 20% usam a renda para manter o lar, evitando despejo ou perda do imóvel. A estimativa é que o serviço movimentou R\$ 2,5 bilhões em 2016, incluindo a renda do anfitrião e as despesas dos hóspedes, o equivalente a 70 mil novos empregos. Atual-

mente, o Rio de Janeiro ocupa a quarta posição no ranking das principais cidades com oferta de anúncios, atrás somente de Paris, Londres e Nova York. No Rio, em 2016, o ganho médio de um anfitrião foi de R\$ 8,29 mil, superior à média nacional. Cerca de 340 mil pessoas usaram o Airbnb naquele mesmo ano, na capital fluminense.

Para o professor de pós-graduação da ESPM-SP Caio Bianchi, a crise estimulou ideias inovadoras. “As pessoas se sentem mais motivadas pela necessidade, mas o primeiro passo é ter em mente qual problema você quer solucionar. É essa a proposta de valor da empresa”, afirma. O investimento não precisa ser vultoso em um primeiro momento, mas o modelo de negócio deve ser escalável, e a velocidade e o ritmo de crescimento serão determinantes para o sucesso do empreendimento. “No conceito da economia compartilhada, é mais interessante ter acesso às coisas do que ter a posse. É um comportamento que exige desapego e compreensão para enxergar os benefícios, principalmente para as camadas carentes, que são muito vulneráveis aos apelos do consumo que chegam pela mídia”, fundamenta.

No caso da CEO da *carsharing* MoObie, Tamy Lin, o desejo de empreender veio da constatação do grande volume de carros particulares que ficavam parados nas garagens e nos estacionamentos durante grande parte do tempo. “Por que não desenvolver uma plataforma que permita obter ganhos enquanto o veículo está ocioso?”, questionou-se Tamy. Com o suporte de investidores e recursos próprios, criou a MoObie em abril de 2017 e, hoje, conta com cerca de 80 mil usuários conectados em São Paulo e em Sorocaba, com projetos de expansão para outros municípios. O compartilhamento funciona no modelo P2P (entre pessoas). O dono do carro cadastra o seu veículo na plataforma, que é checado no Detran. Por sua vez, o condutor também se registra e tem o seu perfil analisado para ser aceito e garantir a segurança da operação. Pelo aplicativo, o interessado busca o veículo que deseja locar e acerta o preço com o dono. A MoObie cobra 20% do proprietário e uma taxa fixa de R\$ 35 do locatário, que se compromete a devolver o veículo nas mesmas condições. “A operação ainda é deficitária, mas vamos buscar mais investidores para acelerar o crescimento”, afirma a CEO.

### MOBILIDADE: NICHOS PROMISSOR

No ecossistema da economia colaborativa, há espaço para todos os públicos. Há quatro anos no Brasil, o polonês Paul Malicki levou em conta



seu estilo de vida para criar a Flapper, a primeira empresa de compartilhamento no ramo de aviação executiva. “Já morei em oito países e sempre senti a dificuldade de me deslocar com qualidade em rotas não atendidas pela aviação comercial”, diz. Ex-diretor da Easy Taxi, Malicki se associou a quatro sócios e, juntos, investiram R\$ 1 milhão. “Já embarcamos mais de mil pessoas e temos 60 mil clientes cadastrados”, enumera.

Os *hubs* são o aeroporto de Jacarepaguá, no Rio de Janeiro, e no Campo de Marte, em São Paulo, com planos de voar para o aeroporto da Pampulha, em Belo Horizonte, e para o litoral norte de São Paulo. O perfil do passageiro é de executivos que se deslocam a negócios na região da Barra, no Rio, e por empresários e celebridades nos aeroportos de Angra dos Reis e Búzios. A frota é composta por aeronaves e helicópteros em parceria com 20 companhias de táxi aéreo. Usando o aplicativo, o passageiro compra a sua passagem e paga com cartão de crédito. Se quiser, pode comprar os assentos disponíveis em um voo fretado e revendê-los para outros passageiros. O preço de um assento entre São Paulo e Jacarepaguá é de R\$ 750.

*Paul Malicki, criador da Flapper, primeira empresa de compartilhamento de jatos executivos do País. Companhia está operando em Jacarepaguá, no Rio de Janeiro, e no Campo de Marte, em São Paulo*

---

## “SE APENAS NO ESTADO DE SÃO PAULO, 90% DOS CARROS PARTICULARES FICAM PARADOS NA MAIOR PARTE DO TEMPO, POR QUE NÃO PENSAR EM UM MODELO DE NEGÓCIO NO QUAL O PROPRIETÁRIO POSSA GANHAR UMA RENDA EXTRA COM O VEÍCULO?”

---

TAMY LIN, fundadora e CEO da MoObie

O ramo de mobilidade urbana oferece boas oportunidades para a economia compartilhada. Até o fim do ano, a cidade de São Paulo deverá receber 20 mil bicicletas, que poderão ser liberadas por meio de um aplicativo de celular. O projeto é da Yellow, empresa criada por Eduardo Musa (ex-Caloi), Ariel Lambrecht e Renato Freitas, fundadores do aplicativo 99. O objetivo é oferecer bicicletas sem marchas em pontos estratégicos, como ao lado de estações de metrô e de trem no centro expandido, para pessoas que queiram fazer o primeiro ou último trajeto entre sua residência e o trabalho, conceito conhecido como *first mile or last mile*. “Em São Paulo, as pessoas estão cada vez mais acostumadas a compartilhar e são amigáveis com as novas tecnologias. O nosso desafio é fazer o pedestre e o usuário de transporte público utilizarem a bicicleta como um modal no seu dia a dia”, projeta Freitas. O preço por trajeto ainda não está definido, mas deve ser inferior ao da passagem de ônibus na capital paulista, hoje em R\$ 4. A inspiração veio de experiências de sucesso de *bikesharing* na China. Segundo estimativas locais, houve um crescimento de 50% no uso das bicicletas em Pe-

quim, ocasionando uma redução de 5% no volume de tráfego.

Ao contrário das bicicletas ofertadas pelos bancos Itaú e Bradesco, os modelos da Yellow não ficarão em docas identificáveis com o logotipo da empresa, para reduzir o risco de roubo ou furto. “As bicicletas terão GPS e rastreador embarcados. As peças não são reutilizáveis em outros modelos, o que inibe a venda a desmanches”, informa Freitas. Sem fixar uma data, a Yellow pretende ofertar 100 mil bicicletas em São Paulo, ampliando o seu raio de atuação em bairros afastados da região central.

O uso de modelos de compartilhamento por grandes empresas ainda é tímido, mas já se observam os primeiros registros no setor imobiliário paulista. A construtora Vitacon lançou recentemente empreendimentos com espaços de coworking, com itens de compartilhamento como ferramentas, bicicletas, motocicletas, carros, cozinha e até apartamento, que pode ser alugado por algumas horas para um evento ou festa. Localizado em Higienópolis, bairro da capital paulista, o condomínio VN Novo Higienópolis oferece uma série de comodidades compartiha-

das, pensando no público jovem, que passa pouco tempo no imóvel. A área do apartamento é de 10 metros quadrados, autoproclamado o menor da América Latina.

De acordo com estudo da consultoria imobiliária SiiLA Brasil, a área total ocupada por empresas de coworking na capital paulista passou de 69.869 metros quadrados no terceiro trimestre de 2017 para 80.243 metros quadrados no quarto trimestre, o que demonstra um interesse crescente por parte das empresas. “Companhias tradicionais estão fugindo do risco imobiliário da locação e dos contratos longos. O coworking permite mais flexibilidade de locação e traz consigo uma série de facilidades, como o controle de custos de energia elétrica, impressões e ligações telefônicas”, afirma o CEO da SiiLA Brasil, Giancarlo Nicastro. Atualmente, ele contabiliza que o estoque da capital paulista seja de 4.805.999 metros quadrados. No primeiro trimestre, houve o lançamento de dois empreendimentos de alto padrão, um em Pinheiros e outro na Vila Olímpia, com ocupação cem por cento por coworking. Segundo Nicastro, bancos como Itaú e Bradesco já aderiram ao modelo em algumas unidades.



### FUTURISMO USUAL

Como tudo o que envolve tecnologias inovadoras, ainda não há uma legislação que aborde a economia colaborativa sob o aspecto formal. “O problema é saber como mensurar a dimensão das iniciativas da economia compartilhada, já que os resultados não aparecem nas métricas oficiais”, estabelece a futurista Lala Deheinzelin, pioneira no setor da economia criativa. “A economia compartilhada serve a todas as iniciativas, embora as startups tenham mais capacidade de adaptar os seus processos. Pode ser uma linha de extrema utilidade na gestão pública, principalmente em situações em que haja capacidade ociosa de espaços e equipamentos, como na questão das moradias vazias em áreas centrais”, sugere. Para ela, o Brasil ainda está muito distante do estágio da Coreia do Sul, por exemplo. “Em Seul, a prioridade é a economia compartilhada. Em vez de promover licitações para a construção de garagens subterrâneas, é feito um mapeamento das garagens subutilizadas para compartilhamento dos veículos”, compara.

Experiências isoladas já foram adotadas por grandes corporações com sucesso nos Estados

Unidos, conta Lala. Ela cita o exemplo da rede varejista Walmart, que enfrentava dificuldades logísticas nas entregas de seus produtos. A solução encontrada partiu de sua base de banco de dados. “No momento da compra presencial, os sistemas da rede checavam o endereço do cliente e os demais endereços das compras a serem entregues. Caso houvesse algum pedido nas imediações, o cliente era convidado a levar a mercadoria em troca de pontos em um programa de recompensas. Foi um sucesso”, exemplifica a futurista.

### LEGISLAÇÃO

Em Brasília, em junho do ano passado, foi criada na Câmara dos Deputados a Comissão Especial do Marco Regulatório da Economia Colaborativa. O objetivo é elaborar estudos sobre a atividade e buscar uma legislação única que atenda a todos os envolvidos, na direção oposta de experiências anteriores em países da União Europeia, que adotaram legislações específicas para cada caso. Segundo a assessora econômica da FecomercioSP Fernanda Della Rosa, o marco regulatório é positivo, principalmente se levar em conta um tratamento fiscal igualitário. “A falta de legislação específica faz com que determinados setores do comércio sofram bruscamente quando surgem tecnologias inovadoras, como foi o caso das locadoras, por ocasião do lançamento do *streaming*”, explica.

Segundo a economista, a economia compartilhada tende a ser benéfica para o comércio em casos de máquinas e espaços ociosos, mas não há uma tradição no meio empresarial. “Os principais pontos positivos para o comércio são o descarte sem gerar resíduos à natureza, a troca de bens e espaços inativos, a possibilidade de intercâmbio com outros países, o acesso a produtos não mais fabricados, a renda extra obtida na venda ou no aluguel de espaços e objetos e o incentivo à cultura do desapego”, enumera. Caso não haja um marco regulatório, acredita Fernanda, há o risco de ocorrerem distorções, principalmente em decorrência da falta de tributação em determinadas operações virtuais. Do lado do consumidor, detecta a economista, há a necessidade da criação de mecanismos que ofereçam garantias ao comprador.

&



## JOSÉ VICENTE

# EDUCAÇÃO AOS EXCLUÍDOS

Antes de fundar a Faculdade Zumbi dos Palmares, dedicada a estudantes negros, educador precisou enfrentar o preconceito nos bancos universitários.

entrevista LEANDRO BEGUOCI | fotos CHRISTIAN PARENTE

Filho de mãe solteira, pobre e boia-fria, ele rompeu com o destino miserável que a sociedade brasileira lhe reservara e, por meio da educação, trilhou o caminho do sucesso e da compreensão do seu papel como jovem e negro. Advogado, sociólogo e destacada figura do movimento afro-descendente, nesta entrevista, José Vicente fala sobre os desafios da desigualdade racial nas universidades e nos setores público e privado. Destaca ainda a importância da militância pela igualdade no País. “O movimento negro foi, e continua sendo, uma luta de heróis, guerreiros e sobreviventes”, afirma.

Reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares, o educador fala sobre a sua trajetória e conta como fundou a insti-

tuição de ensino voltada à inclusão de alunos negros no ensino superior e no mercado de trabalho. “No início me chamaram de louco e diziam que seria uma iniciativa quase que impossível de ser levada adiante e que estava fadado ao fracasso, por causa das dificuldades desse tema. Também tive dúvidas, ao longo do processo, de que seria possível colocar de pé essa ideia no Brasil daquela época”, afirma. Inspirada nas universidades norte-americanas voltadas aos negros, a faculdade foi criada em 2004 para ocupar a lacuna da educação superior no Brasil, onde apenas 3% dos negros acima de 16 anos frequentam universidades, segundo o IBGE – 14 anos depois, ainda figura como a única dedicada a essa parcela da população.

#### Como foi sua infância e adolescência?

Sou de Marília, a 500 quilômetros de São Paulo, e, em uma cidade pequena, filho de mãe sem pai e muito pobre, só me restava trabalhar na lavoura, como boia-fria, naquela região que cultivava amendoim, cana, café e outras culturas. Foi ali que eu cresci, e os limites estavam muito bem determinados: era dali para qualquer lugar próximo dali, não existia a possibilidade de se pensar fora dessa caixinha. Eis que no meio do caminho, em algum momento, algo me disse: “Não foi para isso que fizemos a Revolução. Você pode mais e precisa ir além”. A primeira coisa muito importante para essa virada foi a proximidade com meus vizinhos, que gostavam muito de poesia e música. Eu, por curiosidade, juntei-me a eles e pude ampliar o horizonte e perceber que o mundo não cabia em uma caixa de fósforos. Em um momento de dificuldade financeira, surgiu um concurso público na Polícia Militar em Marília, na qual passei, porém, pouco antes do início do trabalho, recebi a informação que todas as vagas haviam sido transferidas para São Paulo, fui a contragosto e de uma forma abrupta, mas essa foi minha chance de iniciar minha trajetória na cidade grande.

#### Como foi a sua relação com a educação na infância?

Eu tinha como vizinha uma família que gostava de ler fotonovelas, e ela me dava as revistas, que me fizeram desenvolver um gosto muito intenso pela leitura. Quando eu terminava de ler as fotonovelas, trocava-as nas bancas de jornal por livrinhos de caubóis. Então, crédito minha educação às pessoas que me cercavam e me proporcionaram o contato com os livros, que era algo inatingível para um menino pobre daquela época.

#### Quando o senhor se descobriu negro no Brasil?

Eu descobri isso quando estava na universidade. Quando cheguei a São Paulo, terminei o terceiro ano do colegial e consegui passar no vestibular para o curso de Direito em uma faculdade de Guarulhos. E foi ali que pude me deparar com circunstâncias que ainda não tinha vivido na minha trajetória e me descobri como um jovem e negro. Sempre gostei muito de debates de ideias, e surgiu uma oportunidade de integrar a chapa do diretório acadêmico da universidade. No momento da minha inscrição, ouvi de algumas pessoas: “Não podemos ter um negro como vice-presidente do nosso diretório”. Então, questionei: “Por que não?”. A justificativa era que isso desqualificaria o diretório e o trabalho que precisava ser feito. Quando voltei para casa, pude perceber que, por não ter sido tão latente e ostensivo em minha vida, o preconceito existia e precisava ser combatido. Depois disso, parei para pensar e me lembrei de outros episódios que passei, mas que, à época, não soube identificar como racismo.

#### Como teve a ideia de criar a Faculdade Zumbi dos Palmares?

A ideia central era ter um espaço onde poderíamos não só recepcionar as pessoas, mas adverti-las dessa máquina de moer gente que é o racismo e o preconceito, tão presentes no mundo, porém, muito definitivo no Brasil. E se a gente não ensinar as pessoas a identificar isso e a se armarem para combater isso, serão vítimas como eu, que terão seus espaços limitados e poucas possibilidades de fazer um bom combate. A ideia era empoderá-las para lutar contra tudo isso.

No início me chamaram de louco e diziam que seria uma iniciativa quase que impossível de ser levada adiante e que estava fadada ao fracasso, por causa das dificuldades desse tema. Também tive dúvidas, ao longo do processo, de que seria possível colocar de pé essa ideia no Brasil daquela época.



O movimento negro foi, e continua sendo, um movimento de heróis, guerreiros e sobreviventes.



#### Você se inspirou em alguma outra iniciativa?

As Diretas Já tiveram uma participação, ainda que limitada, mas significativa, de muitos negros que também tinham ali as suas bandeiras e suas reivindicações, e uma delas era justamente a inclusão do negro nos vários ambientes sociais. E educação era o tema que estava mais presente, despertando-me o interesse de estudar sobre essa temática no Brasil, e em outras localidades, no que diz respeito ao negro. Acabei descobrindo a trajetória do negro americano e fiquei encantado, porque mesmo vivendo em uma sociedade racista, eles tinham universidades para o branco e para o negro, assim como igrejas e terras demarcadas conforme a cor da pele, e até hoje eles têm 150 universidades negras, oriundas de 1800, e cerca da metade delas é pública.

Isso me fascinou, primeiro com a atitude do Estado de disponibilizar uma universidade com essa característica para a realidade americana, e também por ver na parede dessas universidades os formandos de 1800, o que é extraordinário. Fiquei maravilhado em ver, em Washington, 30 mil negros circulando pelos corredores com energia e determinação. Então, quando pensei em criar uma universidade negra no Brasil, já tinha o embrião das universidades norte-americanas.

**Mas aqui, no Brasil, também existiram ações importantes, por exemplo, no fim do século 19, com os irmãos Rebouças, Patrocínio e Teodoro Sampaio. Qual é a relação da história deles com a sua?**

Tudo isso me fortaleceu e me estimulou, porque quando você vai buscar a participação e



a atuação dos negros dessa época – entre antes da abolição e pós-abolição – foi uma luta fantástica, e o protagonismo, fundamental, como podemos traduzi-los na figura de Luiz Gama, por exemplo. E também, a partir daí, podemos ver uma participação muito mais visível do negro na mídia, nos jornais da época, que eram espaços onde poucos podiam participar. Os negros criaram jornais de toda a natureza, fizeram debates, reivindicações, encaminhamentos políticos, e muitos deles tiveram muito sucesso.

Esses antecessores nos inspiraram muito, pois os movimentos estavam baseados em dois parâmetros: a liberdade e o conhecimento (a educação). E para garantir a liberdade, eles tinham plena certeza de que o negro deveria ter acesso à educação para ser ouvido. Essa trajetória que se iniciou antes da abolição teve um impacto muito forte em 1930, por causa da Revolução, quando o negro escolheu a bandeira da educação como reivindicação e condição para participar da Revolução Constitucionalista. E também a Frente Negra Brasileira (FNB), que atuava na parte interna no Brasil, com discussões e ferramentas de inclusão social, criou a primeira escola negra nacional, a escola da Frente Negra Brasileira, que formou pessoas, com o embrião simbólico que poderia ser, lá na frente, a concepção da Zumbi dos Palmares.

#### Qual é a sua avaliação do movimento negro nos dias atuais?

O movimento negro foi, e continua sendo, uma luta de heróis, guerreiros e sobreviventes; que, por muitas vezes, é solitária contra tudo e contra todos. Primeiro, porque temos essa posição da sociedade brasileira em dizer que não existe racismo, ou se ele existe é um racismo tão diminuto e fragmentado que não produz malefício nenhum. Segundo, por ser uma luta desigual: o negro sem ferramentas, sem material e sem recursos, querer fazer mudanças política e cultural. Então, criar o movimento antes da abolição, mantê-lo e ter chegado até aqui já é um esforço sobre-humano. O negro sobreviveu a um verdadeiro holocausto, durante a escravidão e após, e

conseguiu não só sobreviver como trouxe aliados, que ajudaram na construção ideológica e permitiram furar o núcleo duro dessas pessoas que não compreendem a intervenção do racismo na sociedade.

Se olharmos a trajetória brasileira, saímos da reivindicação das escolas, com Luiz Gama, chegamos às cotas de 10% para negros nas universidades, que era o que se pedia nas Diretas Já e na Constituinte, e conquistamos agora a cota de 100%, pois a lei que foi criada considera a representação demográfica local, de modo que, na Bahia, a representação local é de 80% de negros – então, a Universidade Federal da Bahia teria 80% de negros como cota. Uma solicitação que antigamente era quase que imponderável e que, no desenvolvimento de uma luta, marcada principalmente pela militância negra, conseguiu trazer parte dessa sociedade que tinha uma certa resistência e mudar um sistema que até os negros julgavam incomensurável.

Hoje, temos também 20% de cotas para negros no Judiciário, não para serventuários, mas para juizes. Nem os negros em seus melhores sonhos poderiam imaginar isso. Em contrapartida, ao passo que conseguimos as mudanças culturais, legais e legislativas, ainda não conquistamos a representação política, seja esquerda, seja direita, seja centro. Temos meia dúzia de deputados negros, dois senadores, enquanto os negros são 54% da população brasileira. Ou seja, entre a direita, a esquerda e o centro, nós continuamos negros, porque nenhuma delas trata de uma forma verdadeira, profunda e com seriedade a questão do negro no Brasil.

#### Esse panorama de desigualdade entre negros e brancos no Estado também aparece nas empresas. Como os negros podem ter acesso ao mercado de trabalho e às boas posições nas empresas?

O ambiente corporativo é uma extensão da sociedade, e, nele, o negro sofre de forma mais intensa, pois padece desse olhar de igualdade. Nas dez maiores empresas do Brasil, negros inexistem, e chegamos ao absurdo de termos

”

Entre a direita, a esquerda e o centro, nós continuamos negros, porque nenhuma delas trata de uma forma verdadeira, profunda e com seriedade a questão do negro no Brasil.

em empresas com até 3 mil funcionários, não ter negro de “A” a “Z”, em um país onde 54% da população são negros. Que nome você pode dar a isso, senão um novo apartheid? Mas um apartheid pior do que o caso sul-africano, porque essa segregação existe e é autoalimentada pela sociedade, que se recusa a discuti-la e combatê-la. Se quisermos ter um Estado democrático de direito, com oportunidades iguais, temos que desmontar esse “monstrengo” que está posto e se manifestar com mais intensidade também no ambiente corporativo. Assim como fizemos no Legislativo, que bem ou mal já temos uma parcela de negros nos representando, precisamos criar cotas nas empresas, pois, gostem ou não, é uma ferramenta para fazer esse tipo de preconceito começar a diminuir – em princípio, de maneira compulsória, mas, depois, de maneira natural.

**Qual política pública poderia mudar esse cenário?**

Precisamos de cotas afirmativas para os negros garantirem a esperança, o entusiasmo e a crença na possibilidade de construir uma vida diferente. Isso se faz nos jovens. Nosso país contrata quase 1 bilhão de jovens trainees, estagiários e aprendizes. Se conseguíssemos que 20% desse número fossem de jovens negros, diminuiríamos em um grau extraordinário a letalidade desses jovens, antes deixados de fora. Garantiríamos a sobrevivência deles e de suas famílias e criaríamos condições para que eles estejam preparados para disputar em igualdade as oportunidades que se colocam no mercado. Essas cotas seriam o início do longo processo de desmonte do racismo e da discriminação contra os negros no Brasil.



*UM BRASIL é uma plataforma multimídia composta por entrevistas, debates e documentários com nomes dos meios acadêmico, intelectual e empresarial. O conteúdo desses encontros aborda questões importantes sobre os quadros econômico, político e social do Brasil.*

Saiba mais em [www.umbrasil.com](http://www.umbrasil.com)



&



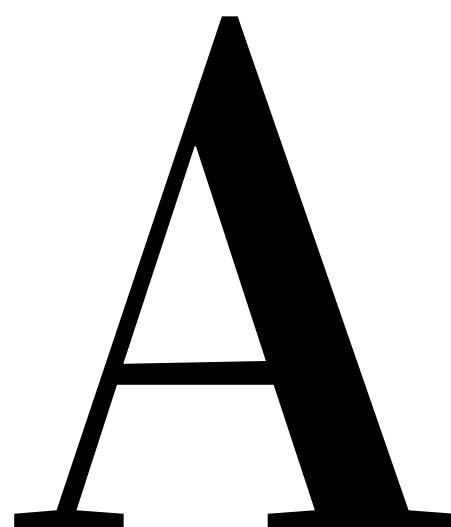
## RALOS DO DESENVOLVIMENTO

---

**A Lei do Saneamento Básico (n.º 11.445/2007) completa 11 anos em 2018. E o principal gargalo nacional continua sendo a expansão da coleta e do tratamento do esgoto sanitário, que têm percentuais de cobertura de 51% e 44% nas áreas urbanas, respectivamente. Outro entrave ainda não superado é a universalização do acesso à água potável – que, em 2016, ainda não chegava às torneiras de 35 milhões de brasileiros.**

---

texto SUCENA SHKRADA RESK



As informações analisadas pelo Instituto Trata Brasil constam no Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos 2016, do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), publicado em março deste ano pela Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA), do Ministério das Cidades.

Essa realidade impõe uma questão: o País conseguirá atingir as metas do Plano Nacional de Saneamento (Plansab – 2013/2033) e as do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 6 (ODS6) da Organização das Nações Unidas (ONU), que tratam da universalidade das agendas de água potável e esgoto, até 2030?

Se quiser avançar nos próximos 12 anos, o País precisa canalizar investimentos no setor. Isso porque, de acordo com dados do SNIS enviados pelo Ministério das Cidades à **Problemas Brasileiros**, somente 122 dos 5,57 mil municípios brasileiros possuem 100% de coleta e tratamento de esgoto. E as desigualdades regionais são evidentes, como aponta o Ranking dos Melhores e Piores Índices de Atendimento Total e de Tratamento de Esgoto 2018, do instituto.

#### IMPACTOS INTERNACIONAIS

A situação do saneamento, em especial quanto ao esgoto sanitário, prejudica a imagem do Brasil na esfera internacional. “Isso acaba depondo contra nós na avaliação dos bancos de fomento que querem investir aqui, com exceção de algumas ilhas de excelência no território nacional”, afirma o engenheiro Roberval Tavares de Souza, presidente

da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes), e superintendente da Unidade de Negócio Sul da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp).

Em um documento entregue a Leo Heller, relator especial, ao Escritório do Alto Comissariado dos Direitos Humanos das Nações Unidas (ONU) durante o 8º Fórum Mundial da Água, em março, em Brasília, o Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS) aponta que o Estado brasileiro vem histórica e sistematicamente violando o direito humano de acesso à água potável e aos serviços de saneamento básico. O relatório foi assinado pela IDS, a ARTIGO19, o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e a Conectas.

#### TRANSPARÊNCIA

Para o sociólogo Edson Aparecido da Silva, um dos coordenadores do Fórum Alternativo Mundial da Água, que ocorreu no mesmo período na capital federal, é preciso aprimorar o controle social. “A sociedade precisa se organizar nesse monitoramento”, acredita. Apesar de ser previsto em lei, o controle social ainda é incipiente sobre o saneamento, de acordo com o engenheiro Amauri Pollachi, pesquisador do Programa de Pós-Graduação de Planejamento e Gestão de Território, da Universidade Federal ABC (UFABC). “Seria importante que órgãos de controle do Estado exigissem isso com a apresentação de indicadores transparentes. Hoje, são atos declaratórios das prestadoras de serviços, e não existe auditoria para verificá-los”, explica. Segundo o pesquisador, a despeito das dificuldades, houve um avanço significativo a partir da rearticulação da Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental, formada por entidades que analisam o setor.

#### DESEQUILÍBRIO DE INVESTIMENTO

Os investimentos estimados no Plansab para o período 2014-2033 em esgotamento sanitário são de R\$ 181,9 bilhões, e contemplam expansão das instalações hidrossanitárias, reposição da coleta e interceptação e reposição no tratamento de esgotos. O químico industrial Édison Carlos, presidente do Trata Brasil, critica o baixo investimento dos últimos anos. “No Plansab, é previsto o valor de R\$ 16 a 18 bilhões por ano

## SOMENTE 30% DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS TÊM SEUS PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO. A PARTIR DE 2020, A UNIÃO SÓ VAI LIBERAR RECURSOS PARA INVESTIMENTO EM SANEAMENTO PARA CIDADES COM PLANOS APROVADOS

para água e esgoto a fim de atingir as metas do plano (93% de cobertura urbana e 69% rural, até 2033) e do ODS6. No melhor ano, chegou a R\$ 12 bilhões, em 2014”, compara. “Nesse ritmo atual, serão necessários mais 40 anos para universalização”, alerta. Levantamento do Trata Brasil mostra ainda que 47% das obras de esgoto do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), monitoradas há seis anos, estão em situação inadequada.

De acordo com o Ministério das Cidades, embora ainda haja muito a fazer, o Brasil vem cumprindo as metas internacionais. Segundo a pasta, o principal entrave na cobertura de esgotamento sanitário no País é de natureza econômica, por se tratar de um investimento de custo elevado para municípios, Estados e o próprio governo federal.

No aspecto operacional, o Ministério credita os desafios à complexidade que envolve autorizações, processos licitatórios, dificuldades de acesso a equipamentos e topografia, entre outros. Incontestável é que esses índices revelam di-

ferentes Brasis, com municípios avançados e outros com situações calamitosas. Sobre o saneamento em áreas rurais, o ministério justifica o fato de a operação das soluções ser individual e ficar a cargo do próprio morador. A pasta lembra que outros países já avançaram no estabelecimento de serviços públicos para soluções não coletivas, como é o caso do Service Public d’Assainissement Non Collectif (SPANC), na França.

#### PLANOS MUNICIPAIS

Por serem obras de engenharia e de infraestrutura, Édison Carlos salienta que dependem de decisão política municipal. “Os prefeitos devem ser as primeiras autoridades a lutar. Os governadores, que detêm as maiores empresas de água e esgoto, devem fortalecer a econômica e tecnicamente”, avalia.

Os Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) são uma prerrogativa legal, mas, segundo o Trata Brasil, em 2017, somente 30% (cerca de 1,7 mil) haviam produzido suas respectivas legislações. A partir de 2020, os municípios só

#### Os 10 melhores índices de atendimento total de esgoto

Cascavel (PR)  
Piracicaba (SP)  
Curitiba (PR)  
Londrina (PR)  
Maringá (PR)  
Ponta Grossa (PR)  
Santos (SP)  
Franca (SP)  
Santo André (SP)  
Uberaba (MG)

#### Os 10 piores índices de atendimento total de esgoto (os últimos lugares, do 91º ao 100º)

Aparecida de Goiânia (GO)  
Teresina (PI)  
Rio Branco (AC)  
Jaboatão dos Guararapes (PE)  
Belém (PA)  
Manaus (AM)  
Macapá (AP)  
Santarém (PA)  
Porto Velho (RO)  
Ananindeua (PA)

Fonte: *Ranking do Saneamento Instituto Trata Brasil 2018*



receberão os recursos da União, destinados ao investimento em saneamento básico, se tiverem o plano, que precisa ser aprovado pelo governo federal para vigorar.

“Há pontos básicos, como ampliar o investimento por meio de linhas de financiamento para que as operadoras possam captar recursos. As empresas que conseguem ter melhor desempenho geralmente captam no exterior ou por meio de recursos próprios com investimento em Bolsa de Valores e adoção de subsídios cruzados, principalmente os municípios menores”, diz Tavares de Souza, da Abes. Atualmente, cerca de 500 empresas no País conseguem ter superávit nas operações de saneamento. Outra discussão em pauta, segundo ele, é quanto aos 9% recolhidos da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) voltarem para o investimento em saneamento.

#### SOLUÇÕES

A aplicação de metas progressivas como estímulo econômico para a prestadora de serviços atingir os objetivos é uma das saídas. A recomendação é de 40 profissionais do setor ouvidos em um estudo feito por Pollachi, da UFABC, em parceria com o pesquisador Ricardo Moretti, sobre a precificação dos serviços do saneamento. Já adoção de parcerias público-privadas (PPPs), como as de Grande Recife (PE), Mauá, Ribeirão Preto e Piracicaba (SP) e a zona oeste do Rio de Janeiro (RJ) é citada por Carlos, do Trata Brasil.

O superintendente de planejamento de recursos hídricos da Agência Nacional de Águas (ANA), Sérgio Ayrimoraes, afirma que a falta de coleta e tratamento de esgoto sanitário no País fica evidente nos aglomerados urbanos e o semiárido. De acordo com o especialista, o semiárido tem o agravante de rios e açudes serem, ao mesmo tempo, usados para abastecimento humano e destino da carga orgânica dos esgotos resultante da lavagem do solo pelas chuvas.

A questão do saneamento, na opinião de Ayrimoraes, passa pela reorganização político-estratégica, cujas ações hoje são realizadas de forma dispersa por diferentes ministérios, agências e bancos ligados ao governo federal. “Ainda que o comando da política nacional de saneamento esteja a cargo do Ministério das Cidades, e a coordenação da implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos seja efetuada pela ANA, é imprescindível que haja uma

instância interministerial que articule os múltiplos agentes envolvidos, garantindo a racionalidade na tomada de decisões”, recomenda.

#### PERDA DE ÁGUA

Outro desafio são as perdas no processo de distribuição de água no País, que chegam a uma média de 38%. Uma análise por Estado revela percentuais alarmantes, como Amapá (70,5%), Roraima (66,6%) e Acre (61,1%). “São diferentes situações a regularizar: ligações clandestinas, fraude e falha de medição do hidrômetro”, avalia o engenheiro Roberval Tavares de Souza, da Abes.

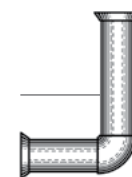
Essa má performance, de acordo com o Ministério das Cidades, é fruto da prioridade que se dá à execução de obras em detrimento de uma boa operação dos sistemas. Para reduzir os índices de perda, seriam necessários cadastros técnicos mais sofisticados, setorização dos sistemas, modelos hidráulicos mais previsíveis e busca ativa a vazamentos e ligações clandestinas.

---

**“NESSE RITMO ATUAL  
[DE INVESTIMENTO EM  
SANEAMENTO BÁSICO], SERÃO  
NECESSÁRIOS MAIS 40 ANOS  
PARA UNIVERSALIZAÇÃO.”**

---

ÉDISON CARLOS,  
presidente do Instituto Trata Brasil



#### MODELO DE GESTÃO

Municípios do Paraná figuram nos primeiros lugares do ranking do saneamento no Brasil, segundo o Trata Brasil e o Comitê Nacional de Qualidade da Abes. O Estado coleta hoje mais de 70% de esgoto e trata 100%, de acordo com dados da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) no Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento (Snis). Como em todo o País, os maiores gargalos estão na cobertura de áreas rurais.

Apesar de estar entre os melhores colocados nacionais em relação à água potável e à coleta e ao tratamento de esgoto, o Estado de São Paulo também enfrenta percalços em alguns municípios, como São Simão e Barra do Chapéu, ainda sem tratamento. Segundo o engenheiro ambiental e sanitário Américo Sampaio, coordenador de Saneamento da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos de São Paulo, a taxa de cobertura de coleta de esgoto é de 90%, e a de tratamento, de 73%, considerando o tratamento nas áreas urbanas do Estado. Os problemas, segundo ele, estão principalmente em áreas de ocupação irregular.

#### CUSTO NA SAÚDE

“Vivemos uma situação calamitosa em algumas partes do País, como um país africano sub-saariano. Perdemos para Chile e Argentina. A cada R\$ 1 gasto com saneamento, R\$ 4 são economizados em saúde, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS)”, analisa o pesquisador do Departamento de Saneamento e Saúde Ambiental da Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz, o engenheiro Renato Castiglia. Ele se refere à relação entre o saneamento e um amplo leque de doenças com origem hídrica, como hepatite, disenteria, cólera, esquistossomose e, ainda que indiretamente, a proliferação de vetores de outros males, como o mosquito *Aedes aegypti*, que transmite dengue, chikungunha e zika vírus.

Tavares de Souza, da Abes, exemplifica as realidades extremas que Brasil reúne no mesmo território. “Franca, em São Paulo, tem um dos melhores índices de saneamento e menores índices de doenças: nove internações a cada 100 mil habitantes. Barcarena, no Pará, tem 150 internações a cada 100 mil habitantes.”

#### INSPIRAÇÃO

O geógrafo e doutor em Saúde Pública Thomas Ficarelli, que coordena o Programa de Jovens Profissionais do Saneamento da Abes, foi buscar no Quênia um modelo de iniciativa desenvolvida pela Companhia de Saneamento de Nairóbi (Nairobi City Water and Sewerage Company), que mantém departamentos regionais e criou um específico para áreas irregulares e favelas.

Segundo Ficarelli, a favela de Kibera, a maior da cidade, sofria com a estrutura precária e a passagem de dutos sob as casas. “Os próprios moradores escolheram os locais para construir os banheiros públicos, os chamados *ablution blocks*. A operadora forneceu o material e a comunidade se ocupou da mão de obra. Para completar, os coletores de esgoto subterrâneos foram conectados à rede e são tratados. É cobrado um valor módico para utilizar o banheiro, que não está sendo um empecilho”, conta.



COM A  
QUALICORP  
VOCÊ

PO:DE

Empregador do Comércio: graças à parceria da Qualicorp com a FECOMERCIO-SP e outras 562 entidades de classe, você pode escolher um plano de saúde ideal para as suas necessidades.

Planos de saúde a partir de

R\$ 252<sup>1</sup>



OS MELHORES HOSPITAIS E LABORATÓRIOS<sup>2</sup>



LIVRE ESCOLHA COM REEMBOLSO<sup>2</sup>



SEGURO VIAGEM<sup>2</sup>



CARÊNCIAS REDUZIDAS<sup>2</sup>

SulAmérica Saúde

Amil

ONE HEALTH

Bradesco Saúde

CONFIRA AS VANTAGENS E ESCOLHA SEU PLANO AGORA.

0800 799 3003  
qualicorp.com.br/anuncio

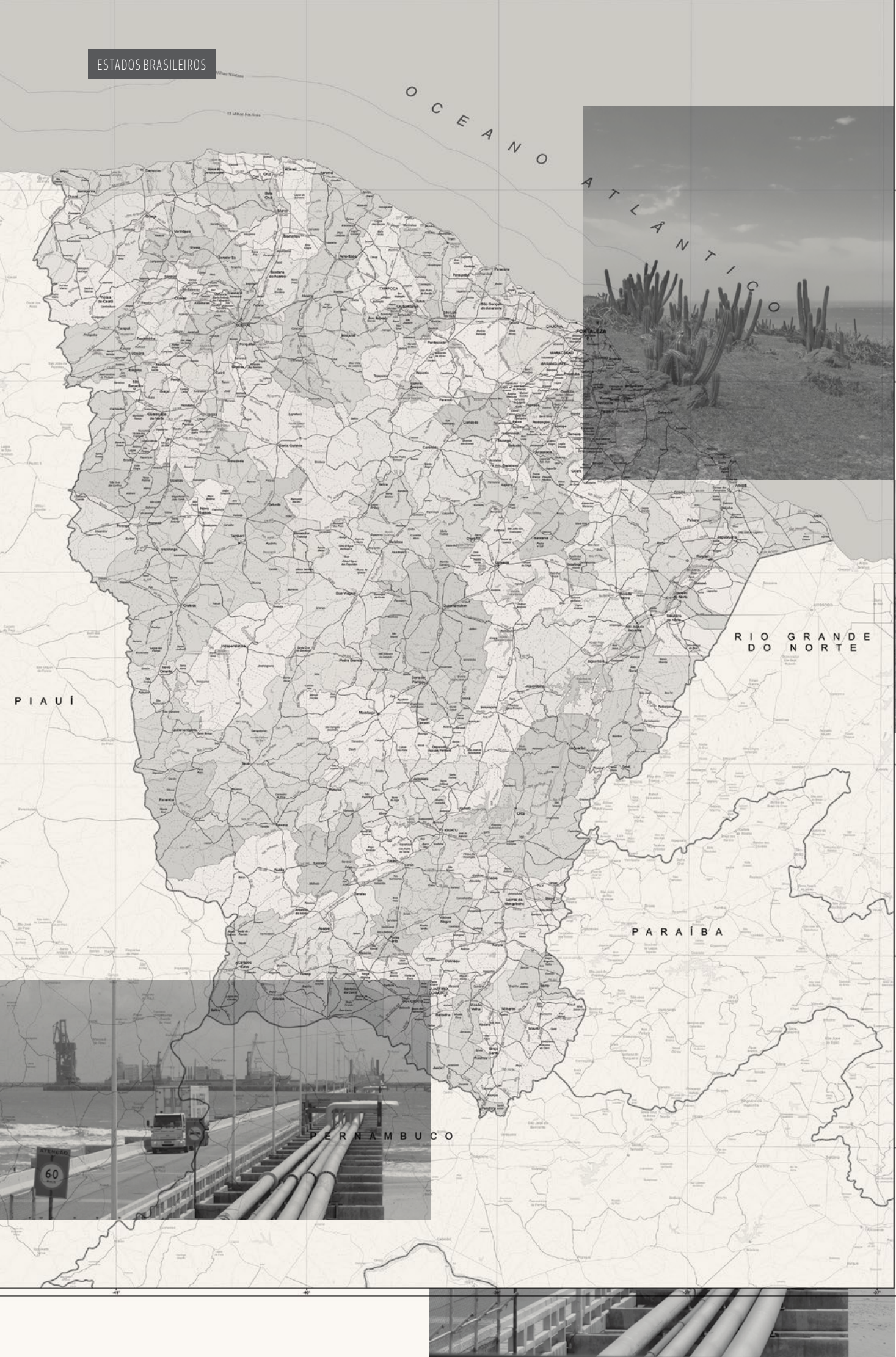


Qualicorp  
Sempre do seu lado.

SulAmérica: ANS nº 006246 Amil: ANS nº 326305 Bradesco Saúde: ANS nº 005711

Qualicorp Adm. de Benefícios: ANS nº 417173

<sup>1</sup>R\$ 251,04 - Exato Adesão Trad. 16 F AHO QC COP (registro na ANS nº 476.942/16-2), da SulAmérica Saúde, faixa etária até 18 anos, com coparticipação e acomodação coletiva (tabela de julho/2018 - SP). 2A disponibilidade e as características da rede médica e/ou do benefício especial podem variar conforme a operadora de saúde escolhida e as condições contratuais do plano adquirido. Planos de saúde coletivos por adesão, conforme as regras da ANS. Informações resumidas. A comercialização dos planos respeita a área de abrangência das respectivas operadoras de saúde, bem como a disponibilidade para cada entidade de classe. Os preços e as redes estão sujeitos a alterações, por parte das respectivas operadoras de saúde, respeitadas as disposições contratuais e legais (Lei nº 9.656/98). Condições contratuais disponíveis para análise. Julho/2018.



Mapa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); foto abaixo ADECE - Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará

## CEARÁ FORTALEZA À VISTA

Por décadas, a principal atividade econômica do Ceará foi a agricultura. Hoje, com as contas equilibradas, o Estado inicia um planejamento audacioso para avançar no agronegócio, no turismo e na educação. Contudo, para manter o crescimento acima da média nacional, o governo precisa enfrentar entraves básicos, como a crise no abastecimento hídrico, que castiga a região há pelo menos sete anos.

texto FABÍOLA PEREZ

# O

O Ceará é um dos poucos Estados brasileiros que, de acordo com economistas, conseguiu fazer a lição de casa. Durante anos, diferentes gestões se empenharam em organizar as contas e criar um bom ambiente fiscal. Hoje, com maior poder de investimento, começa a chamar a atenção de agentes internacionais e desenvolve projetos ambiciosos para superar problemas históricos que dificultaram seu crescimento até aqui.

O bom momento da economia cearense reflete nos números do produto interno bruto (PIB), que tem crescido acima da média nacional. “Essa expressiva expansão só foi possível pelo aumento significativo da arrecadação de impostos, especialmente do ICMS. Foram também essenciais o melhor controle das contas públicas e a criação de novos mecanismos de acompanhamento das políticas implementadas, que permitem avaliar a capacidade do Governo do Estado para realizar novos investimentos”, afirma João Mário de França, economista e diretor de Estudos Sociais do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), órgão vinculado à Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado.

Dados do instituto mostram que, no primeiro trimestre de 2018, o PIB estadual registrou uma alta de 1,55% na comparação com o mesmo período do ano passado. Mais do que isso: o resultado ficou acima da média do País, de 1,2%. O feito não é inédito: em 2017, a economia cearense avançou 1,87%, contra 1% da marca nacional. Em ambos os casos, um dos maiores responsáveis pelo avanço foi o setor agropecuário, que despontou junto com a indústria e o setor de serviços. “Esse crescimento foi possível graças à existência de um significativo bônus demográfico, decorrente de uma participação preponderante da população ativa em relação à população dependente, de crianças e idosos”, explica França. “Com o aumento dos indivíduos ativos entre a população total, mais pessoas estavam aptas para o trabalho, o que ajudou a impulsionar as atividades econômicas.” A participação do Ceará no PIB nacional ainda é de 2%, mas, segundo economistas, o cenário começa a mudar. Neste ano, a previsão é que o Estado cresça novamente acima da média nacional – e, mais uma vez, a agropecuária deva ser o motor desse movimento.

Um dos projetos mais esperados e com potencial para mudar os rumos da economia cearense é a parceria entre os portos do Pecém, na região metropolitana de Fortaleza, e Roterdã, na Holanda, o maior da Europa. A negociação, que entrou em fase final em maio deste ano, pode aumentar a visibilidade do porto cearense para outros países, especialmente para nações europeias, China e Estados Unidos. O acordo internacional deve ampliar significativamente os investimentos para o Estado. A proposta é que a parceria melhore a eficiência do Complexo Portuário do Pecém, atraia novas indústrias e dinamize a zona de processamento de exportação (ZPE). “Essa infraestrutura de Pecém deverá se consolidar cada vez mais ao longo dos próximos anos”, aposta França. Os investimentos realizados desde o início das obras giram em torno de R\$ 1,8 bilhão, e a previsão de aumento na movimentação de contêineres é de 20%.

Na mesma região, a 56 quilômetros de Fortaleza, funciona também a ZPE do Ceará. Criado em junho de 2010, o distrito reúne indústrias que operam com benefícios tributários e administrativos. Atualmente, a ZPE gera em torno de 15 mil empregos. Segundo a legislação brasileira, no mínimo, 80% da receita dessas compa-

---

**POR TER 90% DE SUA  
ÁREA EM TERRITÓRIO  
SEMIÁRIDO,  
DESABASTECIMENTO  
DE ÁGUA É UM  
DOS ENTRAVES  
PARA MAIOR  
DESENVOLVIMENTO  
DO AGRONEGÓCIO.  
PARA MINIMIZAR  
OS IMPACTOS DA  
ESCASSEZ, UM  
FINANCIAMENTO DO  
BANCO MUNDIAL  
VAI PERMITIR  
A PERFURAÇÃO  
DE 60 POÇOS EM  
DIFERENTES REGIÕES**

---

Parque Nacional  
de Jericoacoara



nias devem ser resultado de suas exportações. Basicamente, os objetivos da região são: atrair investimentos estrangeiros voltados às exportações, colocar empresas nacionais em igualdade de condições com concorrentes de outros países, criar empregos e desenvolver práticas modernas. De acordo com uma pesquisa realizada pelo Ipece, as exportações registraram crescimento de 62,5% em 2017, em relação ao ano anterior. O êxito foi atribuído à atuação da Companhia Siderúrgica do Pecém. No espaço da ZPE estão instaladas, além da siderúrgica, mais três companhias – a Vale Pecém, a Praxair White Martins e a Phoenix Pecém.

#### AGRONEGÓCIO E CRISE HÍDRICA

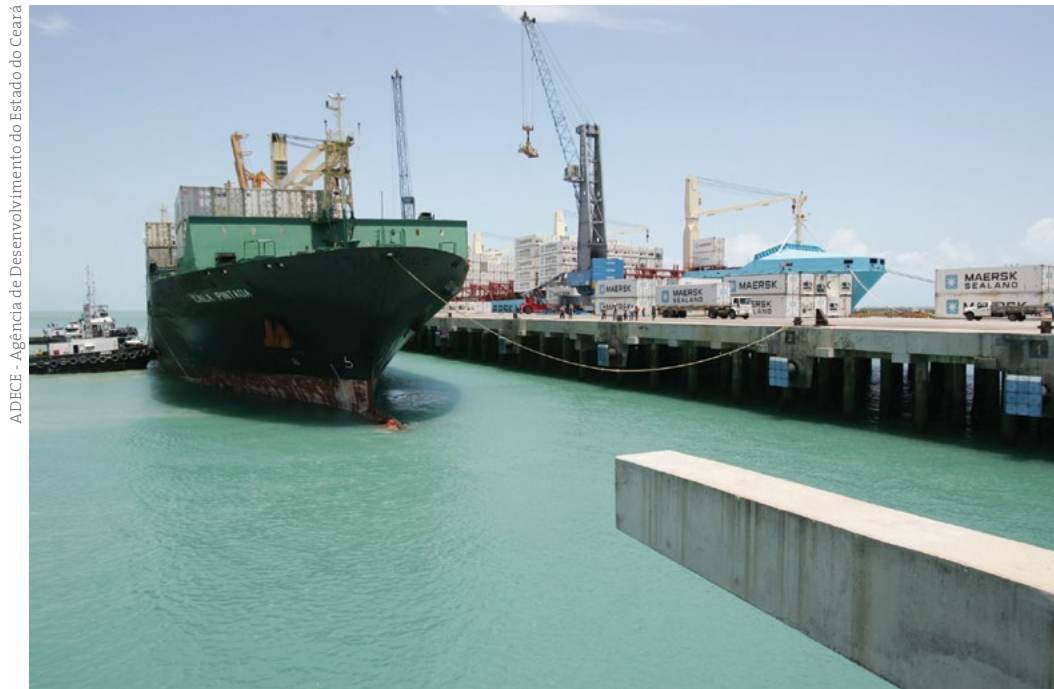
Outro setor que passará por importantes mudanças nos próximos anos no Estado é o agronegócio. O Ceará, historicamente, enfrenta dificuldades em função da crise no abastecimento hídrico. Por isso, a Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará anunciou, em abril deste ano, 19 novos projetos para a reestruturação do setor, que hoje representa 4,5% da economia cearense. O aporte será de R\$ 12 milhões, sendo R\$ 5,5 milhões do Estado e R\$ 6,98 milhões de instituições parceiras até 2020. A proposta é reunir informações sobre os polos de produção da região para nortear os investidores atuais e atrair outros. De acordo com o governo estadual, será realizado, em parceria com o Ipece, um diagnóstico do agronegócio cearense com propostas para os próximos dez anos. “Não se pode deixar de ter políticas de apoio à agropecuária no Ceará, pois é um setor bastante assimétrico, em que existem famílias que dependem unicamente dessas atividades, bem como grandes empresários que desenvolvem quase toda a cadeia do agronegócio”, pondera França.

A aposta dos economistas é que o agronegócio volte a incentivar o crescimento. “A atividade sempre puxa os índices

trimestrais”, garante o economista da Universidade Federal do Ceará (UFC) Francisco José Silva Tabosa. Segundo ele, políticas como a distribuição de sementes no fim do ano, o seguro para safras e os incentivos para o interior têm funcionado. No entanto, um dos problemas que pode travar o desenvolvimento do agronegócio se nada for feito é o desabastecimento de água. O Estado sofre, há sete anos, com a escassez. “Entre os anos de 2011 e 2017, o Ceará não teve inverno, e algumas regiões sofreram uma perda de mais de 90% da safra”, explica Tabosa. O problema ficou visível no principal açude que abastece a região, o Castanhão, a 300 quilômetros de Fortaleza, onde o nível de água chegou ao volume morto no fim de 2017.

Desde janeiro, porém, as condições climáticas se mostram mais favoráveis. Além disso, em setembro de 2017, o Poder Legislativo cearense autorizou a contratação de um financiamento no Banco Mundial para a segunda etapa do Projeto São José III, que atende às comunidades com projetos de beneficiamento de água. A meta é desenvolver, em parceria com as associações e cooperativas, atividades econômicas de inclusão produtiva, abastecimento d’água e saneamento rural. Em sua segunda fase, as ações deverão focar no desenvolvimento da agricultura familiar, na erradicação da pobreza rural, na aplicação de técnicas para o reúso da água e nas inovações tecnológicas na agricultura. O projeto também pretende construir poços profundos para produtores de leite em parceria com empresas de laticínios. A meta do governo é a perfuração de 60 poços em diferentes regiões, previstos para este ano ainda.

Apesar dos avanços, é preciso considerar que o Estado possui mais de 90% de sua área em território semiárido. “Isso afeta muito a produção e aumenta a vulnerabilidade do trabalhador”, lamenta Tabosa. “Não existe água potável nem para o consumo humano, nem para os animais, nem para a plantação”, informa. Como consequência, explica o especia-



Porto de Pecém

lista em economia rural, a renda dos municípios diminui, e os produtos disponíveis se tornam caros e escassos. A crise hídrica que assola o Ceará há quase uma década abalou profundamente a economia da região. “Até a Bacia Leiteira, na região do Sertão Central, foi afetada porque não havia alimento para o gado”, diz o professor. “Há esperanças que a transposição do Rio São Francisco seja concluída até o fim do ano, mas, enquanto isso não ocorre, são construídas adutoras e utilizados os carros-pipa.”

#### AVANÇOS E GARGALOS

Entre 1991 e 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Ceará, que mensura a expectativa de vida ao nascer, a escolaridade da população e a renda, registrou melhoras significativas, principalmente no campo da educação. “Houve um grande investimento dos governos federal e estadual nas famílias mais pobres. Em contrapartida, o índice que registrou menor crescimento foi a renda”, explica Tabosa. A extrema pobreza também vem se reduzindo nos últimos anos. De acordo com dados divulgados pelo IBGE, o Ceará foi o único Estado do Nordeste onde houve redução na extrema pobreza entre 2016 e 2017. Em termos absolutos, isso significa que aproximadamente 25 mil cearenses saíram dessa situação.

No entanto, um aspecto que ainda merece atenção das autoridades cearenses é o saneamento básico. Mesmo diante das evoluções graduais na cobertura da rede de esgoto e no acesso à água potável na capital e na região metropolitana, em 2017, apenas 44,9% dos domicílios cearenses possuíam esgoto adequado, índice bem abaixo da média nacional, de 66%. Em Fortaleza, a distribuição do recurso mostra progressos quando comparada a 2016. Segundo o ranking do saneamento básico, hoje, o serviço atinge 98,7% da população, enquanto que, naquele ano, pouco mais de 83% dos domicílios tinham acesso ao serviço potável. Na segunda maior cidade do Estado, Caucaia, 32,6% da população tinham acesso à água em 2016. Neste ano, cerca de 97% da população têm abastecimento hídrico. Embora o serviço ainda precise chegar com mais capilaridade, as melhoras do atendimento da população de menor poder aquisitivo já são percebidas. “Nos últimos 30 anos, o saneamento básico avançou muito, sobretudo no interior”, comemora Tabosa.

Outro gargalo do Estado que ainda carece de investimentos é o setor de logística e infraestrutura. Com localização geográfica estratégica, o Ceará é visto por investidores como uma região de fácil escoamento para a produção. Não à toa, o Complexo do Pecém está na mira de companhias internacionais. No entanto, a infraestrutura terrestre ainda deixa muito a desejar. “A malha ferroviária não é boa, e as rodovias federais estão, em grande parte, comprometidas, o que dificulta muito o escoamento da produção”, enumera Tabosa. De acordo com o economista, o governo estadual avançou na duplicação de estradas, mas não o suficiente. “O grande problema está nas BRs que cortam o Estado”, aponta.

---

## ACORDO INTERNACIONAL ENTRE OS PORTOS DO PECÉM, NA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA, E ROTERDÃ, NA HOLANDA, O MAIOR DA EUROPA, DEVE ATRAIR INVESTIMENTOS PARA O ESTADO

---

O Ceará dispõe da BR-116, que liga São Paulo a Fortaleza; da BR-222, que liga Fortaleza à Região Norte; e da BR-020, que permite o trajeto da capital à Brasília. De acordo com França, do Ipece, a extensão de estradas sem nenhum tipo de pavimentação nas áreas rurais é preocupante e já começa a ser percebida 15 quilômetros adiante da região metropolitana. Segundo o Governo do Estado, foi investido R\$ 1,2 bilhão na pavimentação das estradas desde 1990, e a previsão é de que até 2021 haja um aporte de mais R\$ 252 milhões para manutenção e expansão da infraestrutura rodoviária.

Na indústria, algumas mudanças ainda são necessárias para o setor adquirir representatividade. “As empresas têm optado pela Grande Fortaleza e, em menor escala, pela região do Cariri, dotadas de melhores infraestruturas”, afirma França. As duas regiões respondem por 80% dos estabelecimentos industriais do Ceará. De acordo com pesquisas do Ipece, a expansão dos estabelecimentos industriais tem ocorrido em função das companhias de menor porte, que respondem por 98,2% do crescimento. Isso tem gerado uma ampliação do emprego na indústria. Contudo, as remunerações nesse setor ainda são baixas, correspondentes de um a dois salários mínimos. “Diante do esgotamento do modelo de industrialização que vem sendo seguido pelo Estado, o desafio atual é agregar conhecimento. Assim, o crescimento do setor estará condicionado ao aumento da produtividade”, aposta França. Para isso, o Ceará tem se tornado uma referência no ensino. Hoje, 77 das 100 melhores escolas públicas do ensino fundamental do Brasil estão localizadas na região e servirão como mão de obra para alavancar esses setores.

#### OUTROS POTENCIAIS

Nos últimos anos, Fortaleza começou a chamar a atenção, ainda que em um período de séria recessão econômica para quase todos os Estados nacionais. O município deve funcionar futuramente como um centro de conexões. De uma parceria com a empresa Angola Cables, está prevista a construção de um data center para aumentar a capacidade de armazenamento e distribuição de dados das empresas na região. O projeto está orçado em US\$ 30 milhões. Outra mudança que atinge o setor aéreo é que, desde setembro do ano passado, o Ceará passou a receber voos vindos da Europa. O anúncio veio dias depois da oficialização da concessão do Aeroporto Internacional Pinto Martins para o grupo alemão Fraport. A promessa da empresa é dobrar o número de passageiros que utilizam o aeroporto anualmente.

O segmento de turismo da capital também despontou como um dos mais fortes da economia cearense. A inauguração do aeroporto de Jericoacoara, em junho de 2017, também teve impacto relevante. Estima-se que o investimento tenha sido de R\$ 90,4 milhões, sendo R\$ 80 milhões do Governo do Ceará e R\$ 14,4 milhões da Secretaria de Aviação Civil, do governo federal. A previsão é de que o aeroporto receba 600 mil passageiros por ano. A previsão da Secretaria de Turismo é de

que, com construção do equipamento, fossem traçados estudos de melhorias, controle de acesso, estacionamento, coleta de lixo e água e esgoto no Parque Nacional de Jeri, em parceria com o Instituto Chico Mendes. A expectativa é de um crescimento de 7% no número de turistas ao longo do primeiro ano de funcionamento do aeroporto. Apesar do volume de investimentos, Tabosa pondera que os benefícios deveriam ir além do turismo. “As obras da Copa do Mundo, por exemplo, estão paradas. Agora, o aeroporto em Jericoacoara só causará impactos no turismo, não necessariamente em outras esferas da economia.”

#### CONTAS EQUILBRADAS

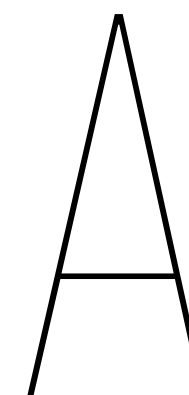
Na contramão da grande maioria dos Estados brasileiros, o Ceará vem equilibrando com sucesso a situação fiscal, o que lhe oferece uma capacidade de investimento diferenciada, hoje, no Brasil. De acordo com o Ranking de Competitividade dos Estados de 2017, elaborado pelo Centro de Liderança Pública (CLP), com o apoio da Tendências Consultoria Integrada, o Ceará ocupa o primeiro lugar no quesito “solidez fiscal”, que leva em conta seis indicadores financeiros, entre as 27 unidades federativas. É líder também no quesito “capacidade de investimento”. Para os coordenadores da pesquisa, trata-se de um resultado que vem sendo construído ao longo dos anos.

Uma das ferramentas utilizadas pelo governo é o órgão chamado “Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal”, criado em 2004 para controlar gastos com rigor. A aprovação de todas as despesas do Estado passa pela Comissão de Gestão Fazendária (Cogef), e os recursos para investimento só são liberados pela Fazenda após passarem pelo sistema chamado “Mapp” (Monitoramento de Ações e Projetos Prioritários), que liga os gestores das diferentes áreas do governo em rede. Esse modelo permitiu ao Ceará cortar significativamente as despesas correntes em 2015: foram economizados R\$ 400 milhões, ou o equivalente a 12% do orçamento total. Agora, com a casa arrumada, será possível começar a trabalhar nos gargalos deixados com o passar dos anos.

&

# O BRASIL NÃO É (VISTO COMO) UM PAÍS SÉRIO

texto DANIEL BUARQUE



A foto de uma sambista desfilando sorridente durante o Carnaval do Rio de Janeiro ilustra uma reportagem da rede CNN sobre as nacionalidades “mais legais” do mundo. O Brasil aparece no topo do ranking, publicado duas vezes no site da TV americana, em 2011 e no ano passado. “Sem os brasileiros, não teríamos o samba e o Carnaval do Rio, não teríamos a beleza do futebol de Pelé e Ronaldo, não teríamos os biquínis minúsculos e os corpos tonificados da praia de Copacabana”, diz a CNN, resumindo o que representa o Brasil aos olhos do resto do mundo.

O sucesso da Copa do Mundo de 2014 e da Olimpíada de 2016 no País reforçaram essa ideia. Na cobertura da imprensa internacional, os dois eventos foram aclamados como grandes festas globais e mostraram que o Brasil sabe celebrar, mesmo em meio a crises. O estereótipo é tão forte, que quase toda vez que se fala do Brasil a imagem da festa aparece – basta ver a recente repercussão internacional sobre a desvalorização do real, em junho de 2018, quando, segundo a Bloomberg, os mercados “sambaram”.

O Carnaval é o maior símbolo nacional no resto do mundo, explica a autora do livro *A ima-*

*gem do Brasil no turismo: construção, desafios e vantagem competitiva*, a pesquisadora Rosana Bignami. “O país do Carnaval é a síntese do imaginário que associa o Brasil a grandes eventos de mídia, por meio da formalização da cultura para as grandes massas”, afirma.

A imagem do Brasil como país mais legal do mundo tinha tudo para ser muito positiva, mas o problema é que, no fundo, ela vem acompanhada de um lado não muito bom. De acordo com essa percepção externa, o Brasil é “só” Carnaval. “Ser o país do Carnaval significa não ser o país de mais nada. Significa ser o país da loucura, do frenesi total, da libertação dos sentidos nas massas de populações. Significa se render à imagem de uma população que vive em função disso e que, portanto, não realiza outras atividades”, diz Rosana.

Ou seja, a descrição frequente atribuída (equivocadamente) ao ex-presidente francês Charles de Gaulle estava certa, e o Brasil realmente não é visto como um país sério. É só pensar nesse estereótipo e observar a descrição da Nação no resto do mundo para confirmar o veredito. Indo mais além, é possível ver essa avaliação claramente nos principais estudos internacionais sobre imagem externa de países – e isso é ruim para o Brasil.

Para o jornalista Larry Rohter, ex-correspondente do *The New York Times* em território nacional, a descrição do Brasil como pouco sério entrou para o folclore político nacional como uma espécie de slogan permanente, feriu a autoimagem dos brasileiros e as aspirações do País de desempenhar um papel maior no cenário mundial. “Se tem uma coisa que o Brasil quer mais do que qualquer outra em suas relações com o resto do mundo é ser levado a sério, especialmente pelos países que vê como grandes potências”, diz, no livro *Brasil em alta* (Geração Editorial).

A ideia da falta de seriedade está alinhada aos resultados da maioria das pesquisas sobre as percepções sobre o Brasil entre a população geral em outros países. De acordo com esses estudos globais, o mundo retrata o Brasil como um país “decorativo, mas não exatamente útil”, resume o consultor britânico Simon Anholt, criador do mais respeitado estudo sobre reputação

# A IMAGEM DO BRASIL COMO PAÍS MAIS LEGAL DO MUNDO TINHA TUDO PARA SER POSITIVA, MAS VEM ACOMPANHADA DE UM LADO NÃO MUITO BOM

internacional de países. A imagem do Brasil está ligada a atributos leves: praia, futebol e festas. “Todo mundo ama o Brasil, mas o País precisa de mais respeito”, explica o consultor.

A imagem do Brasil como um país não sério pode ser percebida em nove estudos internacionais diferentes, todos com metodologias científicas de pesquisa e estatísticas. Isso se repete a cada ano em novas pesquisas, como Nation Brands Index; Country RepTrak; Country Brand Report (América Latina) e Country Brand Index; Soft Power 30; Best Countries; Good Country Index; Personality Atlas; e até mesmo estudos realizados por empresas brasileiras, como o “Brasil aos olhos do mundo”. A cada novo levantamento, o perfil que se desenha da imagem nacional é o mesmo – o de um país muito bom para viajar, para atividades de lazer, mas não um lugar muito sério em termos de política e economia.

## UMA HISTÓRIA DA CONTROVERSA DESCRIÇÃO

A ideia de que o Brasil não é sério é tão popular que se espalhou pelo mundo, passou a marcar a forma como o País é visto de fora e se tornou um dos atos fundadores da sua imagem internacional, segundo o jornalista Milton Blay, radicado na França há mais de três décadas.

Autor do livro *Direto de Paris – coq au Vin com Feijoada* (Ed. Contexto), Blay explica, entretanto, que a origem da controversa frase costuma gerar

confusão. Apesar de atribuída ao ex-presidente francês Charles de Gaulle, ela teria sido criada e difundida pelos próprios brasileiros.

A história da origem da frase varia. Mesmo sem comprovação, algumas versões argumentam que o general De Gaulle teria dito a frase durante visita ao Brasil na década de 1960. A versão mais confiável, no entanto, é de que a frase na verdade foi criada pelo ex-embaixador do Brasil na França Carlos Alves de Souza.

O caso é explicado em detalhes pelo escritor Paulo Gravina, autor do livro *Que Brasil é esse? – o que eles disseram sobre o Brasil* (Ed. Livros Ilimitados). Após uma ampla pesquisa, ele conta como a frase se espalhou após ser dita pelo embaixador em uma conversa informal com um correspondente brasileiro em Paris. Mesmo sem ser muito conhecido por aqui, o próprio embaixador admitiu sua responsabilidade pela autoria em um capítulo da sua autobiografia, *Um embaixador em tempos de crise* (ed. Francisco Alves), de 1979.

A declaração foi inspirada pelo que ele chamou de episódio “ridículo”: um incidente diplomático entre Brasil e França que viria a ser conhecido como “Guerra da Lagosta”. O professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB) Antônio Carlos Lessa estudou a Guerra da Lagosta, e afirma que a frase se tornou a anedota mais antiga das relações exteriores brasileiras. O caso foi um conflito diplomático que aumentou a tensão nas relações franco-brasileiras entre 1961 e 1963. Começou com o Brasil recusando aos pescadores franceses o direito de capturar lagostas perto da costa nordeste brasileira, e terminou em acordo parcial após a escalada ter atingido o nível de França enviando navios de guerra na direção do Brasil, e este ameaçando atacar. Tudo isso às vésperas do Carnaval.

Segundo o então embaixador na França, a falta de conexão entre o governo e as embaixadas brasileiras mostraram desorganização

típica de uma nação sem seriedade. Souza continuou defendendo sua posição até a publicação do livro, no fim da década de 1970, quando disse achar que o Brasil, de fato, não era sério.

## IMAGEM SOB MEDIDA

A comprovação dessa imagem de país frívolo e divertido aparece nas pesquisas de opinião realizadas ao longo das últimas décadas por vários institutos e consultorias internacionais.

Esses estudos partem do princípio de que a imagem externa dos países é relevante para os negócios internacionais e para as negociações diplomáticas. Consideram possível traçar o perfil da reputação desses países de forma parecida ao que o marketing faz ao avaliar a força de marcas comerciais. É o que se convencionou chamar de *nation branding*, estudos de “marca-país”.

A percepção externa aparece claramente, por exemplo, na mais respeitada das pesquisas que analisam a opinião internacional de diferentes nações, o Nation Brands Index (NBI). De acordo com a pesquisa de 2017, O Brasil é o 25º país mais admirado do mundo (pior posição no ranking de 50 nações avaliadas desde que o levantamento foi criado). Segundo Anholt, criador da metodologia desse estudo, “o Brasil ainda é considerado atraente, mas não é levado muito a sério pelas populações em geral”, explicou.

O mesmo tipo de percepção da reputação nacional é captado pelo ranking Best Countries. “O Brasil é um dos principais destinos turísticos do mundo. No entanto, enfrenta sérios questionamentos sobre pobreza, desigualdade, governança e meio ambiente”, destaca o relatório publicado mais recentemente, descrevendo o País de forma estereotipada.

O Brasil está associado em todo o mundo a elementos como café, futebol, carne, música, Carnaval, gastronomia, samba e sandálias havaianas, segundo duas pesquisas da consultoria FutureBrand que medem a imagem internacional dos países, o Country Brand Report (que foca especificamente a América Latina) e o Country Brand Index.

A avaliação indica que os principais pontos fortes tupiniquins são beleza natural, variedade de atrações, destinos de férias e pontos his-

tóricos, enquanto suas principais fraquezas são liberdade política, saúde e educação, qualidade de vida, tecnologia e infraestrutura.

Essa associação da imagem do Brasil com férias e diversão também dá o tom do *Personality Atlas*, um mapa que reorganiza o mundo com base na percepção internacional sobre a personalidade predominante de cada nação. Esse estudo redesenhou o mapa-múndi baseado em estereótipos de cada país, fazendo com que as nações tenham fronteira com outras com características de personalidade semelhantes, criando, assim, novos continentes.

Esse processo levou o Brasil a fazer parte de um continente fictício chamado “Funland” – ou “Terra da Diversão”. Ali estão países bem-humorados e simpáticos, mas não muito sérios. “A Funland é um continente que engloba o Brasil, a Itália e a Espanha, países percebidos como carismáticos, divertidos, humorísticos e apaixonados.” Os países sérios, como Alemanha e Japão, fazem parte do continente “Uniformany” (“Terra de Uniformidade”), enquanto a China forma o “Geniustan” (“Terra de Gênios”).

Até mesmo na hora de classificar o *soft power* do Brasil – termo usado para se referir à capacidade de persuasão internacional –, essa visão de terra “pouco séria” afeta o potencial de influenciar a política global. Segundo o índice Soft Power 30, o Brasil é somente o 29º lugar (penúltimo) no ranking de países com maior “poder suave”.

Todas essas imagens estereotipadas, explica Rosana, que estudou a percepção do Brasil no mundo, tem aceitação no próprio território nacional e é assumida como elemento verdadeiro da cultura brasileira – e, dessa forma, é difundida. “O elemento exótico está inserido nos discursos dos próprios brasileiros e até mesmo nas instâncias decisórias da política.”

“O estrangeiro vê o Brasil como o próprio brasileiro se vê e se promove. Não cabe ao estrangeiro mudar essa imagem. As mudanças, se desejadas, devem vir da Nação e não podem representar somente uma campanha publicitária restrita a alguns filmes, anúncios em algumas revistas e espetáculos de samba no exterior”, explica.

&

# CHANCE DE RECOMEÇAR

texto SILVIA KOCHEN



C

Carlos Daniel Escalona Barroso trabalhou nove anos em uma TV estatal na Venezuela. O jornalista tinha um cargo de chefia, cujas atribuições incluíam a verificação de orçamentos. Ele rejeitou manipulações orçamentárias e, por isso, recebeu ofertas de propina, também rechaçadas. Foi aí que começaram os problemas. “Minha família foi ameaçada de morte, e eu fui sequestrado”, conta. A solução foi buscar refúgio político no Brasil.

Há dois anos, Escalona Barroso pegou um ônibus até Manaus. Ao chegar, no mesmo dia embarcou em um avião para Fortaleza, onde pediu o visto de refugiado. Ficou sete meses fazendo vários tipos de trabalho, principalmente como fotógrafo, na capital nordestina, mas, diante da dificuldade no mercado de trabalho, decidiu buscar novas oportunidades em São Paulo. O venezuelano morou em vários lugares na capital paulista, como a Casa do Migrante, na região do Glicério. Lá, recebeu orientação para procurar organizações de apoio a refugiados, como a Cáritas e a Estou Refugiado. Fez vários “bicos” – como trabalho em empresas de limpeza de carpetes aos sábados e domingos – até conseguir juntar dinheiro para trazer, em agosto de 2017, a esposa e a filha de 13 anos, que até então estavam na Venezuela.

Com a ajuda da Estou Refugiado, arrumou um emprego fixo, na cozinha do hotel Ibis da Consolação, em outubro de 2017. Foi então que conseguiu alugar uma casa na zona leste. Hoje, ele também trabalha com comida em feiras e eventos aos fins de semana, junto com a mulher. E tem planos para o futuro: “Quero trazer meus pais para morar aqui e me aperfeiçoar na culinária para que as pessoas gostem do que faço, assim, conseguirei uma estabilidade emocional aqui no Brasil”.

## VIOLÊNCIA E PERSEGUIÇÃO

Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas Para Refugiados (Acnur), em 2017, havia 68,5 milhões de pessoas no mundo que foram obrigadas a deixar seus lares em decorrência de guerras, violência ou perseguição. Destas, 25,4 milhões cruzaram fronteiras, enquanto o restante mudou para outras áreas dentro de seus próprios países em busca de algum tipo de refúgio.

Esses números indicam que uma a cada 110 pessoas no mundo está sob a condição de refugiado. Diante do fato de que esse número de refugiados representa um aumento pelo quinto ano consecutivo, a Organização das Nações Unidas (ONU) elaborou a proposta de um novo Pacto Global para Refugiados, a ser apreciado em breve pela Assembleia Geral da entidade.

Os motivos que levam pessoas a se sentirem ameaçadas a ponto de abandonar seus lares são inúmeros. Segundo convenções internacionais, pode pedir visto de refugiado quem se sentir ameaçado em razão de perseguições política, étnica e religiosa, por pertencer a determinado grupo social (como é o caso de homossexuais na Rússia) ou em casos de uma situação de violação generalizada de direitos humanos (como a guerra na Síria).

Aproximadamente um quinto das pessoas que saem de seus países de origem é palestino e dois terços são de apenas cinco países: Síria, Afeganistão, Sudão do Sul, Mianmar e Somália. A Turquia é o país que mais acolhe refugiados, com 3,5 milhões de imigrantes nessa condição, principalmente os de origem síria.

Ao contrário do que muita gente imagina, a maioria dos refugiados que deixa seus países vai para nações em desenvolvimento, normalmente pobres e sem recursos para acolher essas populações, segundo o relatório “Tendências Globais 2017”, do Acnur. O documento indica ainda um dado alarmante: 53% da população deslocada no mundo são crianças, e muitas delas viajam separadas de suas famílias – e mesmo desacompanhadas.

## SEGUINDO EM FRENTE

Francesco Kabwit Tshitang tinha 17 anos quando chegou ao Brasil sozinho. O pai era jornalista na República Democrática do Congo e publicou algo que desagradou o governo. A família começou a receber ameaças por celular. Um dia,





## ACOLHIMENTO

Ao perceber o vácuo que existe no apoio às pessoas que chegam ao Brasil, o empresário João Marques Fonseca resolveu criar o Parr, em parceria com a Cáritas, que encaminha os refugiados para o projeto, totalmente financiado por sua empresa. Atualmente, 70 empresas – como a Sodexo, a Renner e a BB Mapfre, entre outras – têm refugiados em seus quadros. Hoje, o Parr tem cerca de 2,4 mil currículos cadastrados, 250 empresas parceiras e um saldo de mais de 200 refugiados contratados em vagas efetivas.

A própria Emdoc emprega a jovem aprendiz Mayera Azik, de 21 anos, que está no Brasil desde os 15. Seu pai era pastor de uma igreja evangélica no Paquistão, e a família começou a receber ameaças de muçulmanos. Um primo de Mayera foi assassinado na guerra religiosa, e eles decidiram se mudar. Seu pai foi recebido por um pastor da Igreja Presbiteriana Renovada no Brasil há nove anos. Juntou recursos e trouxe Mayera e sua mãe, além de uma irmã e dois irmãos. Ao chegar ao Brasil, o pai de Mayera trabalhava como pedreiro, ofício que abandonou por ser cardíaco e diabético. Atualmente, apenas ela e um irmão estão empregados.

agentes do governo foram à sua casa prender o pai de Francesco, e a família fugiu. Na confusão, Francesco acabou se separando de sua mãe e irmãos. Ele conseguiu chegar a um país vizinho, onde enfrentou dificuldades. Foi então que um agente do Acnur o encaminhou ao Brasil.

“Quando cheguei, não falava português, mas encontrei um senegalês que falava francês e me encaminhou à Cáritas”, conta. A organização, mantida pela Igreja Católica, ajudou Francesco a fazer o pedido de refúgio no Brasil e o encaminhou para um curso de português e um abrigo para menores no bairro paulistano da Penha. Seu pedido de refúgio levou apenas um ano para sair (normalmente, pode levar até cinco anos). Aos 18 anos, mudou-se para um abrigo para refugiados maiores.

Com a identidade de estrangeiro em mãos, ainda tinha dificuldade para conseguir emprego e fazia trabalhos informais até ser encaminhado ao Programa de Apoio para a Recolocação de Refugiados (Parr), mantido pela Emdoc, uma empresa especializada em serviços para imigrantes. Passou pela entrevista e começou um programa de treinamento. Após seis meses como aprendiz na seguradora BB Mapfre, foi efetivado como auxiliar de operações, cargo em que se ocupa em analisar propostas de seguro de vida.

A seguradora, por sinal, tem seis refugiados em seu quadro de 5,5 mil funcionários – Francesco é efetivo, e os demais ainda são aprendizes, explica a gerente-executiva de experiência do colaborador, do grupo BB Mapfre, Jisley Bontempo. Ela conta que, há dois anos, um grupo de executivos de recursos humanos de nove empresas iniciou uma experiência treinando jovens refugiados encaminhados pelo Parr, para que fossem contratados como aprendizes. Tinham aulas diversas, como português e atendimento ao cliente, por exemplo. Todos que chegaram ao fim do curso foram contratados como aprendizes ou efetivos.

Jisley acredita que a colaboração dos refugiados tem agregado muito à empresa. Há quatro angolanos, duas pessoas do Congo e uma da Repú-

blica Democrática do Congo no grupo BBMapfre. Ela acrescenta que é importante qualificar e inserir refugiados no trabalho, pois sua diversidade cultural e experiências de vida ajudam a promover a empresa. “Contar com essas pessoas nos ajuda a promover o desenvolvimento e é uma das formas de contribuir para alcançar os Objetivos do Milênio”, afirma a executiva, ao se referir a um conjunto de oito metas adotado pela ONU em 2000. As metas, conhecidas pela sigla ODM (de “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”), são acabar com a fome e a miséria no mundo; oferecer educação básica de qualidade para todos; promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde das gestantes; combater a aids, a malária e outras doenças; garantir qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; e estabelecer parcerias para o desenvolvimento.

“Minha maior dificuldade é a língua portuguesa”, afirma Francesco, que agora está com 21 anos. Ele conseguiu localizar a família. Sabe que a mãe, as duas irmãs e o irmão vivem, hoje, na França e pretende visitá-los nas férias. O pai foi solto e está em um país africano. Por enquanto, ele tem planos de continuar no Brasil e fazer faculdade na área de tecnologia da informação. “Precisamos seguir em frente. Não pensar no passado, mas no futuro.”

## MIGRAÇÃO REFUGIADA

O fluxo de refugiados para o Brasil cresceu muito nos últimos anos, o que chamou a atenção de várias instituições. A Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) chegou a fazer o *Atlas da migração refugiada*, que acaba de ser lançado com o objetivo de orientar políticas públicas que lidem com o drama dos refugiados.

O Brasil tem 10.145 refugiados reconhecidos como tal até o fim de 2017, de cerca de 80 nacionalidades diferentes – metade deles está no Estado de São Paulo. A maioria vem de Síria, Angola,

Colômbia e Congo. Mas ainda há mais de 80 mil pedidos de refúgio que aguardam julgamento pelo Conselho Nacional de Refugiados (Conare).

O caso dos imigrantes vindos da Venezuela é mais complicado. Apenas no ano passado, houve quase 18 mil pedidos de refúgio de venezuelanos, mas como a maioria vem ao Brasil por motivos econômicos, e não políticos, não são considerados refugiados pelas regras estabelecidas por convenções internacionais. Apesar disso, o Acnur acredita que a situação dessas pessoas merece sua atenção. “Há uma grave crise em curso na Venezuela, e precisamos dar apoio a esses imigrantes, independentemente de serem considerados refugiados ou não”, afirma o representante-adjunto do Acnur no Brasil, Federico Martínez.

Segundo o levantamento feito pela Unicamp, São Paulo e Rio de Janeiro são os principais polos de entrada de imigrantes refugiados no Brasil. Foi observada uma interiorização dessas pessoas, com boa parte delas se mudando para cidades menores, principalmente no Sul, no Sudeste e no Centro-Oeste.

# CONSELHO NACIONAL DE REFUGIADOS TEM MAIS DE 80 MIL PEDIDOS DE REFÚGIO PARA ANALISAR

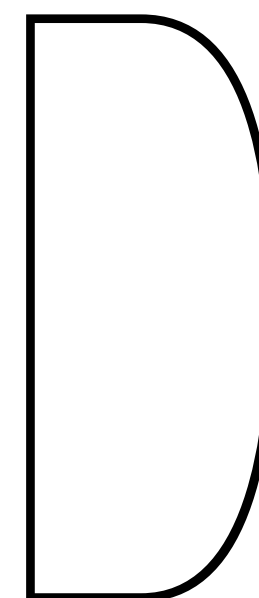
Os imigrantes refugiados enfrentam uma série de obstáculos ao chegar. Além das barreiras do idioma, há dificuldade em obter reconhecimento do diploma (o que levou o governo a adotar uma regulamentação especial para permitir que os médicos cubanos pudessem trabalhar no País no programa Mais Médicos). Mesmo para os que conseguem, há certa desconfiança quanto à sua habilitação. Por isso, 38% dos refugiados no Brasil enfrentam o desemprego. A situação é mais grave entre as mulheres, pois 55% delas não encontram ocupação.

Os pesquisadores da Unicamp também identificaram um movimento grande de saída de refugiados do Brasil a partir de 2015. “Isso mostra que o Brasil é um país de trânsito migratório”, ressalta Rosana Baeninger, durante a apresentação do atlas, em um evento do Acnur.

&

# NUANCES DAS RELAÇÕES SOCIAIS

texto ANTONIO SANTOMAURO



Difícil imaginar alguém que, nos últimos tempos, não tenha ouvido nenhuma menção à palavra “assédio”, tão corriqueira atualmente nas conversas de anônimos e nas declarações de celebridades, centralizando um debate com dimensões globais e enorme repercussão na mídia e nas redes sociais. Atentos ao alcance desse tema no Brasil, políticos vêm apresentando projetos para caracterizar e penalizar de maneira mais específica infrações e crimes vinculados ao conceito de assédio.

Por enquanto, são poucas as menções a esse termo nas leis brasileiras, que definem, por exemplo, assédio sexual como crime no qual alguém se vale de posição hierárquica superior para tentar impor práticas sexuais a outra pessoa. Embora restrito ao ambiente de trabalho – por pressupor hierarquia –, esse crime pode sujeitar seu autor à prisão, além de propiciar processos cíveis e trabalhistas contra ele e contra a empresa onde acontece.

Há ainda algumas situações de constrangimento e humilhação que a Justiça brasileira pode considerar assédio moral e penalizar com indenizações e outros gêneros de reparação. No Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), um artigo criminaliza o assédio a uma criança “com o fim de com ela praticar ato libidinoso”. Mas a explosão do uso do termo tornou-o sinônimo de várias situações, em ruas, escolas, transporte público e mídias digitais, nas quais alguém busca constranger outra pessoa, humilhá-la ou forçá-la a servir como objeto de seu prazer.

A vastidão da gama dessas situações pode ser vislumbrada no estudo de pós-doutorado “Assédio Laboral – Mobbing”, apresentado no fim do ano passado na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) pela advogada e professora Ivanira Pancheri. Ele identifica, principalmente em ambientes de trabalho, comportamentos qualificáveis como assédio – às vezes, nem sequer sendo assim percebidos pelas pessoas envolvidas ou pela Justiça –, e os agrupa em pelo menos dez modalidades: assédio sexual, assédio moral, bullying, assédio imobiliário (pressões em disputas por imóveis), assédio midiático, *stalking* (perseguição obsessiva), entre outras. Um caso pessoal foi uma das motivações do estudo: “Sofri assédio moral e decidi levar à Justiça”, conta Ivanira. E se engana quem considera isolado o caso dela. Pelo contrário: as situações de assédio são muito comuns, informam pesquisas.

De acordo com levantamento realizado ainda em 2017, pelo menos quatro em cada dez mulheres brasileiras afirmavam ter sido vítimas de assédio sexual e, embora sejam maioria, mulheres não são as únicas a sofrer esse tipo de agressão. Se vivemos, então, em uma sociedade de assédio intensivo e constante, como solucionar esse problema? Leis novas e mais duras para punir quem incorre em crime ou campanhas visando à mudança de comportamento pela educação?

Provavelmente uma mescla entre essas e outras opções, como recomenda Ivanira. “A solução exige campanhas educativas e estrutura para acolhimento das vítimas de assédio, entre outras ações, mas é necessário avançar também na área do Direito”, ela ressalta. “A atual discussão sobre assédio é indispensável. No Brasil, há não muito tempo, não se falava sequer em violência doméstica, ou em bullying, algo existente há muito tempo, e que pode até levar jovens ao suicídio”, acrescenta a professora.

Esse debate, ressalta o psicanalista Jorge Forbes, tem o mérito de evidenciar que já não são aceitáveis os hábitos de algumas pessoas de se considerarem superiores a outras, como já foi comum com brancos em relação a negros, heterossexuais a homossexuais e homens a mulheres. Mas também embute um risco: “O politicamente correto pode ter o desvio de judicializar todo o contato entre as pessoas. É uma tentativa delirante de moralizar todas as falas subjetivas dos seres humanos”, alerta.

## ESTATÍSTICAS

- **42%** das brasileiras ouvidas pelo Datafolha em 2017 afirmaram ter sido vítima de assédio
- **90%** das mulheres declararam já ter sofrido situação de assédio, moral ou sexual, nas agências de publicidade da Grande São Paulo, em pesquisa de 2017 do Grupo de Planejamento
- **6.251** denúncias de assédio moral e **306** de assédio sexual chegaram ao Ministério Público do Trabalho, no ano passado
- **4** em cada **10** estudantes do sexto ano do ensino fundamental ao terceiro do médio afirmaram terem sofrido violência física ou verbal dentro da escola no ano anterior, em pesquisa sobre bullying no Brasil, divulgada em 2016
- **12 mil** ocorrências de violência contra mulheres foram registradas em março no Estado de São Paulo, segundo a Secretaria de Segurança Pública. Predominaram ameaças (5.589 ocorrências), lesões corporais dolosas (4.973 ocorrências) e crimes de difamação, calúnia ou injúria (1.151 ocorrências)

Forbes não crê em aumento na quantidade de casos de assédio, creditando a intensa exposição atual desse tema principalmente a um processo de mudanças de um mundo verticalizado, com normas muito bem definidas de relacionamento, para uma sociedade horizontal e flexível. “O que era visto como natural – um homem ‘usar’ uma mulher, ou um chefe ridicularizar um funcionário –, agora é percebido como assédio, e isso dá a impressão de haver mais casos”, argumenta.

## DEFINIÇÃO TEÓRICA

Entre os projetos em tramitação no Congresso destinados a caracterizar e penalizar crimes de assédio e comportamentos afins, um estabelece a figura jurídica do assédio moral, enquanto outro aborda a importunação sexual em transportes públicos (respectivamente, projetos de lei n.º 4.742/2001 e n.º 5.452/16).

Mas, obviamente, não será fácil delimitar esse problema nos termos estritos da lei, até porque componentes subjetivos atuam na elaboração do que seria ou não assédio, e é complicado definir, a priori, um assediador ou sua vítima, ressalta Maria Homem, psicanalista e professora nas áreas de Psicanálise, Cinema, Literatura e Comunicação da Fundação Armando Alvares Penteado (Faap). “Considerar a mulher vítima de assédio sempre que ela receber um elogio ou ouvir um gracejo é até infantilizá-la, desconsiderar sua capacidade subjetiva própria de avaliar, e mesmo de participar, de um jogo de flerte, corte e conquista sexual”, observa.

E esse “jogo de flerte e conquista”, prossegue a professora, baseia-se sempre em símbolos destinados a exteriorizar vantagens de quem os emite, quem tenta se mostrar o mais bonito, o mais rico ou mais inteligente, como, aliás, acontece com qualquer animal, que para conquistar uma fêmea busca se apresentar como o mais rápido, o mais forte ou o dono da plumagem mais bonita. “O homem – ‘animal racional’, como diriam os gregos –, também busca exibir símbolos que podem lhe ser vantajosos, e isso pode ter alguma característica de prepotência, ou algo similar.

Mas é preciso cuidado para não qualificar essas atitudes naturais como assédio, diferenciando um jogo de sedução de uma atuação de força”, ressalta Maria.

## EVOLUÇÃO PAULATINA

Meios de transporte, locais de lazer, eventos: inúmeros ambientes originam relatos de casos de assédio. Mas os espaços de trabalho, muitas vezes palcos de convivência compulsória entre pessoas com perfis muito distintos, constituem terreno fértil para seu nascimento – também, por isso, geraram legislações mais específicas sobre o problema.

Cientes do explosivo potencial desse tema, grandes empresas estão agora atentas à questão do assédio, afirma Fernanda Maria Teixeira, CEO da empresa de *compliance* e ética empresarial Integrow. “Elas sabem que podem ter prejuízos não apenas com indenizações, mas, principalmente, com danos em sua reputação”, lembra Fernanda. “E cada vez mais empresas exigem fornecedores e parceiros que atuem seguindo padrões éticos”, acrescenta.

Fernanda considera imprescindível discutir o assédio no interior das organizações e vincular esse debate a ações concretas, como a estruturação de canais confiáveis para receber denúncias não apenas dos funcionários, mas também de outros públicos e parceiros. “Para conferir mais credibilidade a esses canais, algumas companhias hoje terceirizam sua gestão para empresas como a nossa, que recebe as queixas, classifica-as e as envia a quem deve atender a cada demanda”, destaca Fernanda.

E os colaboradores das empresas, ela destaca, devem trabalhar com uma premissa: não devem “nem brincar” no ambiente de trabalho. “Esse não é realmente um local apropriado para brincadeiras de cunho sexual ou relativas a alguma característica ou deficiência intelectual ou emocional de um companheiro de trabalho”, enfatiza.

Ocorrendo, porém, alguma percepção de assédio, a vítima deve sempre recorrer às autoridades? Essa decisão, responde a professora Ivanira, sempre terá cunho e implicações pessoais e, qualquer que seja, submeterá a vítima a dificuldades e constrangimentos. “Indo à Justiça, ela enfrentará negativas e precisará reviver diversas vezes a situação. Não indo, pode desenvolver problemas mentais e físicos”, pondera Ivanira, que preferiu a segunda alternativa e denunciou quem a assediou moralmente (o caso

---

**“O homem – ‘animal racional’, como diriam os gregos – , também busca exibir símbolos que podem lhe ser vantajosos. Mas é preciso cuidado para não qualificar essas atitudes naturais como assédio, diferenciando um jogo de sedução de uma atuação de força.”**

---

MARIA HOMEM, psicanalista e professora da Fundação Armando Alvares Penteado (Faap)

ainda tramita na Justiça). “Tenho certeza que, para mim, essa foi a melhor opção”, acredita.

Mas, certamente, a quantidade de situações de assédio é muito superior àquela registrada em notificações e processos: “Estudos mostram que, mesmo nos casos de estupro, apenas 10% das vítimas atendidas fazem a denúncia policial ou buscam atendimento na rede pública”, relata a coordenadora do Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (Nudem), da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Ana Rita Prata. “Muitas mulheres temem ter sua palavra julgada de maneira errônea, outras receiam o agressor – que pode ser alguém conhecido –, há descrença na Justiça, pode ser muito difícil percorrer o circuito necessário a uma notificação penal e posterior ação judicial”, ela justifica.

Também é muito grande o desconhecimento sobre o que realmente caracteriza o assédio, complementa a delegada titular da Delegacia de Defesa da Mulher de Diadema, Renata de Andrade Cruppi. “E esse é, muitas vezes, um crime silencioso, sem testemunhas”, ela lembra. Segundo ela, isso é o que leva muita gente a não denunciar o assédio sofrido, preferindo manter o caso em segredo. Entretanto, nesse caso, sujeita-se a problemas psicológicos ou mesmo físicos. “O assédio pretende sobretudo atingir a pessoa, reduzindo-a à condição de objeto”, destaca. “O melhor caminho para mini-

mizar esse problema é a informação, há mulheres que nem sabem que aquilo que estão passando pode ser um crime”, acrescenta a delegada.

Seja qual for o caminho trilhado – educação, legislação, debate –, o problema do assédio provavelmente não será resolvido instantaneamente, pois, conforme lembra a professora Maria Homem, enquanto as desigualdades têm uma longa tradição, em termos históricos, o conceito de igualdade entre as pessoas é relativamente recente, e mesmo uma situação hoje inconcebível, como a escravidão, era legalizada há pouco mais de um século no Brasil. “Mas é necessário prosseguir o debate para ultrapassar o estágio de resolução das situações pela força – que muitas vezes sustentava os relacionamentos anteriores –, e chegarmos a decisões políticas, que pressupõem debate.”

&

# ÓRFÃOS DA INSEGURANÇA



Fabio Ferra / Shutterstock.com

Faltavam poucos minutos para a hora habitual de seu marido chegar em casa quando Michelle recebeu a ligação. Do outro lado da linha, um policial que ela não conhecia dizia que Bruno Miguez, 30, tinha sido baleado e, naquele momento, estava entrando na sala de operações do hospital público Miguel Couto, na zona sul do Rio de Janeiro. Ainda atordoada com a notícia, ela foi tomar um banho para seguir para a unidade de saúde.

Apenas três meses casada à época, Michelle viu passar um filme na sua cabeça durante os poucos momentos que ficou no chuveiro. “Eu já tinha passado por muita coisa na vida e não acreditava mais em amor. Tinha uma filha entrando na adolescência, fruto de um relacionamento longo que não deu certo. Bruno apareceu como uma paixão intensa. Não nos desgradamos mais desde o primeiro dia que ficamos juntos. Ele fez questão de casar na igreja com uma festa maravilhosa. Tratava a minha filha como se fosse dele e queria que eu engravidasse”, lembra.

Quando saiu do quarto, sua casa já estava cheia. Amigos, vizinhos e familiares desesperados precisaram repetir várias vezes a notícia que ela se negava a escutar. “Ele morreu, o Bruno morreu!” Um tiro certeiro na cabeça o atingiu quando ele abordou um suspeito na Cidade de Deus, uma das zonas mais perigosas da cidade. “Parece que nunca vai acontecer com a gente. Faz três anos, e estou 20 quilos mais magra. Durante dois anos, pedi para morrer, entrei em depressão profunda. Ele honrava a farda, mas sei que será mais um na estatística”, conforma-se Michelle.

A viúva de Bruno está longe de ser um caso isolado. Até o início de julho deste ano, 60 policiais militares já tinham sido mortos em ações violentas no Rio de Janeiro, sendo 11 em serviço, 22 em descanso e três reformados ou na reserva. A notícia é péssima, principalmente porque 2017 já tinha se destacado em decorrência do grande número de policiais militares assassinados no Estado: 134 PMs mortos entre janeiro e dezembro, maior índice em dez anos.

Depois do choque brutal pela perda do ente querido, as famílias desses policiais passam a encarar outros desafios. Diante do aumento da violência no bairro, o presidente da Associação de Moradores da Tijuca, Alexandre Gomes Knoploch, resolveu acompanhar mais de perto a realidade daqueles que zelam pela segurança da sociedade. “Quando um soldado da PM morre, ele não tem sequer honrarias de bravura. Existe uma lei que permite indenizações, mas que, na prática, é muito difícil de acontecer. Até para sair a pensão das viúvas e filhos está complicado”, lamenta.

Knoploch, que também é consultor de segurança pública, vê de perto o sofrimento de algumas famílias que ficam até cinco meses sem rendimentos até receber a pensão do policial morto. “Muitos enfrentam condição de miséria. Em alguns casos, o PM era o provedor de todos. Não contamos com o mesmo poder de ação do Estado, mas ajudamos fazendo campanhas para doar alimentos e, na medida do possível, oferecemos atendimento jurídico para agilizar o processo”, relata.

Segundo a assessoria de imprensa da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), todas as pensões são liberadas seguindo as normas da lei, mas alguns casos são especiais e demoram mais tempo. Tais atrasos, na maioria das vezes, acontecem quando o requerente precisa reunir provas de uma união estável ou de qualquer laço familiar com o policial. A grande dificuldade diante desse cenário é que, por mais simples que seja uma pendência, a família pode ficar meses sem o rendimento daquele que sustentava a casa.

Por meio de nota, a PMERJ esclarece que o pagamento se inicia 30 dias após a apresentação da documentação pertinente quando o falecimento decorre de ato de serviço. Em caso de morte de policial inativo, a instituição não soube informar o prazo de liberação do benefício. Ainda de acordo com o órgão, a demora em ambos os casos ocorre, majoritariamente, por falta dos documentos exigidos.

No ano passado, a Defensoria Pública da União (DPU), em petição assinada pelo defensor nacional dos direitos humanos, Anginaldo Oliveira Vieira, acionou o Supremo Tribunal Federal (STF) para que a União pagasse R\$ 100 mil a título de indenização às famílias de policiais militares e civis mortos no exercício de suas funções nos últimos cinco anos. O pedido, no entanto, foi negado pelo ministro Luís Roberto Barroso, que citou questões técnicas para extinguir

texto ROSEANE SANTOS

---

**EM 2017,  
134 POLICIAIS  
MILITARES FORAM  
ASSASSINADOS NO  
RIO DE JANEIRO,  
MAIOR ÍNDICE  
EM DEZ ANOS.  
ATÉ O INÍCIO DE  
JULHO DESTE  
ANO, 60 POLICIAIS  
MILITARES JÁ  
TINHAM SIDO  
MORTOS EM AÇÕES  
VIOLENTAS**

---

o processo, argumentando que a DPU não tinha a prerrogativa de fazer essa solicitação naquela instância. Sobre esse tema, já há uma lei, de 2007, que estabelece esse mesmo valor a servidores da Força Nacional. Na ocasião, a Defensoria alegou que seria preciso tratar da mesma forma policial e outros agentes, incluindo policiais federais, rodoviários federais, ferroviários federais, civis, militares e bombeiros.

#### ISOLAMENTO SOCIAL

Apesar de descrever o seu relacionamento com Bruno como um “conto de fadas”, a vendedora Michelle, hoje com 39 anos, sentia na pele o que era ser “mulher de PM”. “Lembro que ele sempre nos orientava como reagir em certas situações. Caso um bandido o abordasse no carro e descobrisse que era policial, a gente teria que deixá-lo e sair correndo, sem olhar para trás. A minha filha chorava ao escutar isso, sabia que ele poderia morrer dessa forma”, conta.

Em 2009, o chefe do Núcleo Central de Psicologia (Nucepsi) da PM, o tenente-coronel Fernando Derenusson, realizou um estudo com o objetivo de avaliar o impacto do trabalho policial militar sobre a família. Foram enviados questionários para 111 esposas ou companheiras de policiais militares, analisando os dois tipos de impacto: o direto, relativo aos fatores circunstanciais do trabalho, como salário, horários e rotinas de perigo constante, e o indireto, que diz respeito à interação do policial com sua família. Derenusson notou um isolamento social dos familiares pesquisados. “Quem é casada com um policial toma mais cuidado em relação às suas amigadas, até porque elas também podem ser alvo de vingança de bandidos. Isso sem contar outras situações do dia a dia”, explica.

Ele ressalta que, nas últimas décadas, a ascensão do poder bélico do tráfico de drogas no Rio de Janeiro transformou a violência urbana em uma das questões centrais da cidade, afetando tanto vítimas reais quanto os que sofrem o estresse e a ansiedade decorrentes da insegurança pública. “De todo modo, existe uma categoria de cidadãos que, independentemente das oscilações ou mesmo da resolução parcial desse problema (o que vem sendo buscado por meio de uma nova política de segurança com a implantação das UPPs), estará sempre mais sujeita aos males advindos da violência e da criminalidade: a dos policiais militares e seus familiares”, acredita o tenente-coronel.

---

**ALÉM DA DOR DA PERDA,  
AS FAMÍLIAS DE POLICIAIS  
MORTOS NO RIO DE JANEIRO  
ENFRENTAM DESAFIOS QUE  
ESBARRAM NA BUROCRACIA  
E NO ISOLAMENTO SOCIAL**

---

O impacto indireto do trabalho policial também é bastante preocupante e afeta sua relação familiar. Em sua experiência como psicoterapeuta familiar do Hospital Central da Polícia Militar, Derenusson costuma ver manifestações práticas. “Não raro atendemos viúvas de policiais, que perderam seus companheiros no serviço ou vitimados por violência fora deste. Além da vitimização física, encontramos perdas subjetivas: é comum o relato de companheiras de policiais que apontam para uma mudança indesejável de identidade deles após a entrada na corporação, com estes se tornando mais rígidos, indiferentes à família ou mesmo agressivos, e quando não conseguiam separar o estresse do trabalho, acabavam descontando na família”, relata.

Ele destaca também que existem casos de policiais que, após passarem por situações traumáticas, ficaram impossibilitados de sustentar a família. Os policiais militares do Estado sofrem hoje de um mal silencioso que pode ser nomeado “abate emocional”. Só o ano de 2016 foi responsável por 1.398 licenças psiquiátricas, número que aumentou para 1.659 em 2017. O estresse e a de-

pressão estão entre as principais causas de afastamento nos quartéis. Dados do Núcleo Central de Psicologia (Nucepsi) revelam que, em 2016, foram 20 mil atendimentos psicológicos em um universo de 2.296 pacientes, sendo 46% da ativa (o serviço atende também inativos, familiares e outros profissionais da corporação). Segundo o chefe do Nucepsi, entre as principais causas desse problema estão as questões estruturais, como a própria formação dos oficiais.

Um estudo feito sobre 430 licenças psiquiátricas concedidas no ano passado revelou que, em 40% dos casos, os policiais tinham, no máximo, cinco anos de serviço. Por trabalharem em áreas de conflito social e sofrerem hostilidade por parte dos moradores, PMs de UPPs são, proporcionalmente, os que mais apresentam problemas de estresse.

Quando entrou na corporação, em 2002, o chefe do Nucepsi atendia mais familiares de militares do que os próprios policiais. Isso se inverteu recentemente. Segundo ele, a crise econômica potencializou todos os problemas. A incerteza quanto ao futuro, diante da possibilidade de aumento do tempo de serviço necessário para que os policiais se aposentem, desequilibra ainda mais o estado emocional da tropa. No momento, são 98 psicólogos espalhados pelo Estado. Eles atuam em 32 batalhões, dois hospitais (Rio de Janeiro e Niterói) e quatro policlínicas, trabalhando para 47 mil policiais na ativa – fora aposentados e familiares.

Além de todos os desafios do dia a dia, o PM amarga o desprestígio e a generalização de toda a corporação por causa de crimes pontuais de corrupção e má conduta. O consultor de segurança Alexandre Knoploch alerta que esse é mais um elemento perturbador para profissionais da ativa, muitas vezes hostilizados. “Na última Páscoa, eu fui com os policiais distribuir presentes e chocolates a uma comunidade em festa. Tentei noticiar isso, mas ninguém se interessou. Se eu filmasse um policial recebendo propina, seria notícia na certa. Não podemos fazer um bom pagar pelos erros de um corrupto”, finaliza.

**&**

## A CHEGADA DA QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

A ascensão da IA fez com que o físico Stephen Hawking tivesse advertido, pouco antes de sua morte, que as máquinas estão ficando inteligentes demais – e que os humanos perderão o controle. O eminente cientista britânico chegou a apontar que a IA pode representar o maior acontecimento da história humana, e talvez o último. Titãs da tecnologia, como Bill Gates e Elon Musk, indicam que deveríamos gastar mais tempo e dinheiro na avaliação dos riscos da IA, e não simplesmente acelerar seu desenvolvimento.

Daí cabe perguntar: se as máquinas poderão ser cada vez mais criativas e, portanto, tomar decisões independentes, não nos arriscamos a que elas optem por ações contra nós? O cinema da década de 1980, em clássicos de ficção científica, como *Blade Runner* ou *O exterminador do futuro*, antecipava esses pesadelos.

Podemos argumentar, contudo, que os benefícios de plataformas de IA em muito superarão as ameaças que emergem com tais tecnologias. O campo da medicina é um deles. Os sistemas computacionais cognitivos não estariam mais relacionados à inteligência “artificial”, mas à inteligência “aumentada”. O que dizer de uma tecnologia como o Watson, da IBM, que já assimilou toda a literatura publicada até o presente sobre o câncer, em seu papel de aconselhar os médicos quanto ao melhor tratamento possível?

Para o comércio global, a disseminação dessas tecnologias levaria a um gigantesco processo de desintermediação. Isso poderia gerar imensas oportunidades para empresas de pequeno e médio portes, bem como para o perfil exportador de países mais economicamente periféricos. Apontaria também caminhos para superar entraves à liberalização comercial, como os que minaram a Rodada de Doha, da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Que governança (se alguma) é necessária para que os claros benefícios desse novo ciclo tecnológico sejam sentidos em nações de variados níveis de desenvolvimento relativo? Como equipar as pessoas para essa nova etapa intensiva em talento? Responder a essas questões talvez seja o principal desafio para as relações internacionais do próximo quarto de século.

A indústria 4.0 revolucionará a especialidade de profissionais, o *core business* de empresas e as vantagens comparativas de países. Por isso, suscita medo e resistência – mas, também, ilimitados.

&

Pouco importa se sua empresa trabalha com sementes ou tecelagem, se o negócio é uma agência de publicidade ou loja de autopeças. Você provavelmente já participou de alguma reunião em que tenham aparecido conceitos como Internet das Coisas (IoT, na sigla em inglês) ou inteligência artificial (IA).

Vários fatores confluem para acentuar esses fenômenos disruptivos. Os smartphones estão mais populares do que nunca – norte-americanos com menos de 25 anos preferem ter um aparelho de último tipo a um carro esportivo. Na Índia, há mais celulares do que vasos sanitários. Os custos de tecnologia caem no mundo todo. A conectividade (banda larga e Wi-Fi) se alastra de modo exponencial. Bancos de dados, impressoras 3D, plantas industriais robotizadas, chips de geoposicionamento, tecnologia “vestível” (como o Apple Watch), veículos motorizados (como o Google Car), eletrodomésticos e aeronaves não pilotadas (como os drones das Forças Armadas dos Estados Unidos) compõem o vasto estoque de itens “conectáveis”.

Estima-se que, em dez anos, tudo o que pode ser conectado estará conectado. Hoje, o número de objetos interconectados (14 bilhões), segundo a consultoria Gartner, é o dobro da população mundial.

A Internet das Coisas e a própria IA são, portanto, alguns dos principais aceleradores da chamada “Quarta Revolução Industrial”. Nela, ainda que atuemos em diferentes segmentos do agronegócio ou da indústria siderúrgica, no ramo de cinema ou em um supermercado, no limite seremos empresas de tecnologia, ou desapareceremos do mercado.

Essa nova realidade gera, por óbvio, medo. E tais temores não se centram tão somente na acelerada substituição da presença humana em diferentes processos produtivos. Não se trata, portanto, apenas de robôs expulsando trabalhadores de macacão numa linha de montagem. Ou ainda carros autônomos que potencialmente sucederão os motoristas da Uber, que por sua vez convulsionam os serviços tradicionais de táxi.



MARCOS TROYJO

é diplomata, economista, cientista social, e diretor do BRICLab, da Universidade Columbia

# B



texto MARCO CHIARETTI

## Brasil, escravidão e liberdade

**E**scravidão. Tráfico. Genocídio. Violência. Tragédia. Racismo. Economia. Trabalho. Cultura. Religião. Origens. Liberdade. África. Brasil. Entre escravidão e liberdade, há um dicionário inteiro – ainda mais em nosso país, onde metade, ou mais dos 200 e poucos milhões de brasileiros é descendente de milhões de homens, mulheres, velhos e crianças, que durante mais de 300 anos foram trazidos como animais para trabalhar no novo continente. Uma tragédia única na história humana – que marcou nosso passado e definiu nosso futuro.

No presente, é cada vez mais necessário conhecer. Conhecer e entender. *O Dicionário da escravidão e liberdade* é um momento esplêndido nesse esforço de conhecimento. Os organizadores, professores Lilia M. Schwarcz e Flávio Gomes, reuniram artigos curtos (textos críticos, como indica o subtítulo da obra), cada um deles dedicado a um “verbo”, iniciando pelo “A” de “África durante o comércio negreiro” (de Roquinaldo Ferreira) até o “V” de “Valongo” (de Carlos Eugênio Líbano Soares), passando pela Amazônia, pelos castigos e pela família escrava, no navio negreiro ao fim do tráfico, da Lei de 1831 à imprensa negra. Cinquenta temas. Cinquenta ensaios.



Divulgação

O volume, acompanhado por ilustrações, glossário, cronologia e um conjunto atualizado de referências bibliográficas, pode ser lido em partes ou de uma vez. Mais do que um dicionário, uma enciclopédia em um só volume. Necessário. Imprescindível.

Até porque, como reza o prefácio dos organizadores, 130 anos depois de sua extinção formal, a escravidão continua aqui, no racismo estrutural, na violência, na desigualdade, na injustiça fundamental que atravessa a sociedade brasileira. Escravidão e liberdade: nossa antinomia essencial.

&

*Treinamento da Cruz Vermelha em St. Louis, EUA, durante a epidemia de gripe espanhola de 1918*



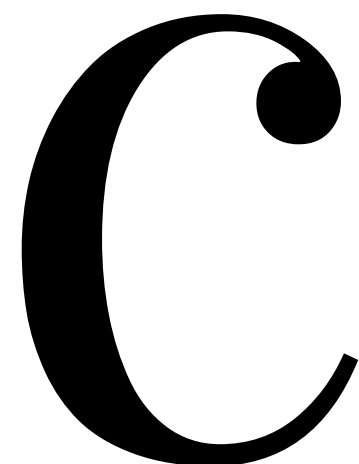
Biblioteca do Congresso Americano

## A GRIPE ESPANHOLA DE 1918

---

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) foi uma catástrofe sem precedentes, matando 8 milhões de soldados e 9 milhões de civis. Os números são bem conhecidos. O que permanece pouco investigado é o flagelo simultâneo, e ainda mais mortífero, que se abateu sobre a Europa e se espalhou vertiginosamente pelos quatro cantos do mundo. Impulsionada pela era das navegações, a gripe espanhola de 1918 ceifou 20 milhões de vidas.

---



Considerada a mais severa pandemia de todos os tempos, a temida influenza ocorreu quando os navios a vapor já haviam quebrado a barreira dos oceanos, que até aquele momento eram os responsáveis por circunscrever à Europa as pestes da Idade Média. Causada por um vírus de tipo A e de subtipo H1N1, o mesmo do surto mundial de gripe em 2009, ela não pôde ser evitada por meio de vacinas nem tratada pelos medicamentos disponíveis naquele momento do século 20. Na época, nenhum país mantinha um registro das causas de mortalidade – o sistema brasileiro, por exemplo, foi criado na década de 1970 –, de modo que os dados a esse respeito são estimativas feitas pelos estudiosos. As projeções dão conta de que, em uma população global que tinha então 1 bilhão de indivíduos, entre 200 e 600 milhões de pessoas tenham sido infectadas pelo vírus e, entre esses, a influenza – como também é chamada a doença contagiosa, infecciosa e virótica que acomete as vias respiratórias provocando febre, dores de cabeça e um estado geral de abatimento – teria provocado pelo menos 20 milhões de mortes. Para dar a real dimensão do problema, esse total equivalia a quase 1,5% dos habitantes do planeta.

Gripe, que deriva do francês e significa “agarrar”, ou influenza – pois os antigos debitavam a doença a uma suposta influência dos astros –, a pandemia de 1918 teve uma característica insólita: vitimou mais a população adulta do que idosos ou crianças. Cerca de metade das mortes por gripe ocorridas na Europa e nos Estados Unidos se deu na faixa etária que vai dos 20 aos 40 anos. Embora tenha se alastrado entre os

exércitos estacionados na Europa no fim da guerra, ao ponto de as primeiras notícias mencionarem uma “febre das trincheiras”, a origem do surto foi localizada no Estado norte-americano do Kansas, local de concentração de soldados em manobras, e que já se observava por décadas a ocorrência da gripe suína, um vírus semelhante ao da gripe humana.

Os casos iniciais do outro lado do Atlântico ocorreram em abril de 1918 entre as tropas francesas, britânicas e norte-americanas. No mês seguinte, a influenza já estava instalada nos dois lados do *front*, mas os países beligerantes impediam, por meio de censura à imprensa, que a epidemia fosse noticiada. As informações sobre a doença, entretanto, eram divulgadas livremente na Espanha, nação neutra que acabou levando a fama de ter os primeiros e mais numerosos casos. Apesar de não ser verdade, quando a gripe chegava a algum país era logo chamada de “espanhola”.

Os primeiros brasileiros atingidos foram os integrantes da missão naval que o País enviara para lutar ao lado da Entente na fase derradeira do conflito. Em Dacar, porto da África, em agosto de 1918, morreram 156 tripulantes em decorrência da gripe, totalizando também nossas únicas baixas na guerra, bem distantes da área de beligerância. Em território brasileiro propriamente dito, a disseminação do flagelo foi atribuída ao vapor Demerara, de bandeira inglesa, procedente de Liverpool com escala em Lisboa, que, a partir de 14 de setembro, atracou sucessivamente em Recife, Salvador e Rio de Janeiro, trazendo a bordo passageiros gripados.

### MORTANDADE COLOSSAL

Estava instalado o problema que desafiaria os estreitos limites da medicina no começo do século passado e evidenciaria as péssimas condições de vida da maioria da população nas grandes cidades brasileiras – algo que não mudou muito ainda. Em apenas três meses, entre outubro e dezembro, morreram 35 mil pessoas em todo o Brasil, de acordo com os dados oficiais. As estatísticas, no entanto, são provavelmente subestimadas, pois o número monumental de vítimas atestava a falência do discurso triunfalista de racionalidade administrativa, propalado pelas autoridades de nossa auro-ra republicana.

As cifras dão conta de 12,4 mil mortos apenas no Rio de Janeiro, maior centro urbano do País na época e o mais atingido. Em São Paulo, foram 5,3 mil, para uma população estimada em cerca de 500 mil habitantes. Como muitos paulistanos fugiram para cidades do interior, a epidemia se alastrou, e o total de óbitos no Estado em razão da gripe ficou também na casa dos 12 mil. Nem Rodrigues Alves, o presidente eleito em 1º de março de 1918, escapou – ele não chegou a tomar posse, no dia 15 de novembro. Morreu antes, vitimado pela “hespanhola”, como registrado pela imprensa local na grafia vigente. Ao fim, os pontos mais isolados do território nacional foram atingidos, nem a Floresta Amazônica escapou de ter inúmeras de suas tribos indígenas dizimadas.

---

**“A MORTANDADE COLOSSAL DO RIO NÃO É UMA CONSEQUÊNCIA DA GRIPE. É CONSEQUÊNCIA DO DESGOVERNO EM QUE VIVEMOS. É CONSEQUÊNCIA DA POLITICAGEM CELERADA QUE TUDO EMPORCALHA, TUDO PERVERTE, TUDO ARRUÍNA, QUE LEVA O FERMENTO DA DESORDEM A TODOS OS RECANTOS DO MECANISMO INSTITUCIONAL, A TODAS AS PEÇAS DA ENGENHAGEM ADMINISTRATIVA.”**

---

EDITORIAL DO JORNAL *O ESTADO DE S. PAULO*, em 1918, quanto às péssimas condições sanitárias do Rio de Janeiro

Diante do desconhecimento de medidas efetivas para evitar o contágio ou controlar a doença, as autoridades sanitárias e os meios de comunicação patrocinaram um festival de boatos e desinformação. Jornais publicavam receitas e cartas de leitores recomendando pitadas de tabaco e queima de alfazema ou incenso para desinfetar o ar. Sal de quiniño – remédio popular usado contra a malária – passou a ser distribuído, mesmo sem qualquer comprovação científica de que pudesse atuar contra o vírus da gripe. Em meados de outubro, o então diretor-geral de Saúde Pública, Carlos Seidl, admitiu ser impossível combater o vírus. A cidade do Rio de Janeiro (na época, capital da República) já estava parada. Colégios, quartéis e fábricas interromperam as atividades. Bancos, repartições, teatros e bares fecharam suas portas por falta de funcionários e de clientes. Faltaram também alimentos, remédios e até caixões.

O memorialista Pedro Nava descreveu o que presenciou: “Aterrava a velocidade do contágio e o número de pessoas que estavam sendo acometidas. Nenhuma de nossas calamidades chegara aos pés da moléstia reinante: o terrível não era o número de casualidades, mas não haver quem fabricasse caixões, quem os levasse ao cemitério, quem abrisse covas e enterrasse os mortos. O espantoso já não era a quantidade de doentes, mas o fato de estarem quase todos doentes, a impossibilidade de ajudar, tratar, transportar comida, vender gêneros, aviar receitas, exercer, em suma, os misteres indispensáveis à vida coletiva”.

Sobre as péssimas condições sanitárias em que se encontrava o Rio de Janeiro – e que se repetiriam em São Paulo, o jornal *O Estado de S. Paulo* advertiu, em editorial: “A mortandade colossal do Rio não é uma consequência da gripe. É consequência do desgoverno em que vivemos. É consequência da politicagem celerada que tudo emporcalha, tudo perverte, tudo arruína, que leva o fermento da desordem a todos os recantos do mecanismo institucional, a todas as peças da engrenagem administrativa”. O texto menciona ainda “a corrupção e o suborno”, a “larga distribuição de propinas e sinecuras”, a “imprevidência e a tremenda irresponsabilidade geral que dão nestes resultados terríficos”. O discurso pode parecer familiar.

Às voltas com a guerra que declarara contra a Alemanha no ano anterior, e com greves operárias que ameaçavam repetir o levante soviético nos trópicos, o presidente Venceslau Brás entregou o problema ao bacteriologista Carlos Chagas, cientista que descobriu o protozoário *Trypanosoma cruzi* (nome que homenageia o amigo Oswaldo Cruz) e a tripanossomiase americana, batizada como “doença de Chagas”. Apesar de ele próprio estar doente, assim como a mulher e os filhos, decidiu encarar a empreitada. Implementou cinco hospitais emergenciais e 27 postos de atendimento à população em diferentes pontos da cidade. Providenciou cartazes e panfletos de alerta aos habitantes e mobilizou os profissionais de saúde, com o apoio da Academia Nacional de Medicina. No Instituto Oswaldo Cruz, que presidia, investigou as causas da infecção,



FLAGELO CHEGOU AO TERRITÓRIO BRASILEIRO  
POR MEIO DE PASSAGEIROS GRIPADOS  
VINDOS NO NAVIO INGLÊS DEMERARA,  
PROCEDENTE DE LIVERPOOL, QUE ATRACOU  
EM RECIFE, SALVADOR E RIO DE JANEIRO



Biblioteca do Congresso Americano no



À esquerda: em 1918, condutor verifica se passageiros usam máscaras obrigatórias antes que subam no bonde, em Seattle, nos Estados Unidos

Acima: pacientes na ala reservada a vítimas da influenza em Glasgow, Escócia

À direita: treinamento na sede da Cruz Vermelha, nos Estados Unidos



os meios de contágio e o diagnóstico, trabalhando intensamente para debelar a epidemia.

Em São Paulo, deu entrada em 13 de outubro no hospital de isolamento da cidade um estudante doente oriundo do Rio de Janeiro. Dois dias depois, o médico Artur Neiva, diretor do Serviço Sanitário paulista, declarava em estado epidêmico a urbe que, na virada do século 19 para o 20, tinha saltado da décima cidade brasileira em população para a segunda colocação, em razão das correntes migratórias que impulsionaram sua agricultura e indústria.

#### PAULICEIA PESTILENTE

A “metrópole do café”, que exibia seus casarões na Avenida Paulista, nos Campos Elíseos e em Higienópolis, transformava-se na “Chicago brasileira”, concentrando a população operária em áreas de várzea como o Brás, a Mooca, o Bom Retiro e o Bixiga. Nesses bairros, caracterizados pelas habitações coletivas e pelo precário sistema de saneamento básico, grassavam de forma endêmica enfermidades como encefalite, febre tifoide, disenteria amélica e tuberculose, quadro que se completava com epidemias de febre amarela, rubéola e sarampo.

Com base na experiência dessas ocorrências anteriores, as primeiras medidas tomadas pelas

autoridades foram isolar os enfermos, desinfetar as residências onde houvesse ocorrido óbito atribuído à epidemia e divulgar pela imprensa conselhos à população. Comunicado publicado na primeira página de todos os jornais afirmava que a profilaxia tinha de ser individual. Cada indivíduo deveria, portanto, tomar as seguintes cautelas:

- Fugir das aglomerações, principalmente à noite;
- Não frequentar teatros ou cinemas;
- Evitar visitas, inclusive aos enfermos;
- Tomar cuidados higiênicos com a mucosa nasofaríngea, provável porta de entrada dos germes;
- Fazer inalações e gargarejos com infusões de plantas medicinais;
- Evitar fadiga ou excesso físico e procurar o leito aos primeiros sintomas da gripe.

Ao lado dessas medidas sensatas, porém, Artur Neiva cometeu um deslize. Anunciou que a doença se apresentava em forma benigna, devendo a população se manter calma e confiante nas medidas do serviço sanitário. Disse ainda que havia “uma grande quantidade de doentes, mas uma mortalidade relativamente pequena”.

A realidade das ruas, entretanto, teimava em desmentir o médico, como atesta relato do escritor Paulo Duarte: “A Avenida Paulista, onde fui

tomar o bonde, estava quase deserta. Em toda a Rua da Consolação, e isso era geral em toda a cidade, muito pouca gente a pé, alguns automóveis, principalmente de médicos, e os caminhões carregando cadáveres para os cemitérios. Essa paisagem tornou-se rotina. Já não se prestava atenção naqueles montes de caixões de defunto, todos iguais, uns sobre os outros nos caminhões. O Cemitério da Consolação iluminado, enterramentos que se faziam até durante a noite”.

A imprensa dava conta de dramas como o de uma família italiana de 14 pessoas, todas gripadas. Casas fechadas eram arrombadas. Em uma delas, de imigrantes nipônicos, a polícia depaprou-se com a seguinte cena: “Os dois japoneses haviam falecido e já se achavam em completa rigidez cadavérica sob as cobertas de um humilde leito. Debruçada sobre o cadáver da mãe, sugando ambos os seios e a choramingar, estava uma criança de oito meses”.

Além do flagelo da peste, os mais pobres foram vítimas dos aumentos desmesurados dos preços dos remédios e de alimentos como leite e frango, justamente os mais recomendados para a alimentação dos gripados. A Pauliceia pestilenta se transformou no que foi retratado como o “paraíso dos espertalhões”, com a polícia e os

demais serviços públicos em colapso por ausência massiva dos servidores. O litro de leite saltou de 100 para 1,2 mil réis em poucas semanas. O pão e as massas também se tornaram inacessíveis para a maioria. Muitos dos que tombavam nas ruas desmaiavam por inanição.

A situação se agravou em 10 de novembro, quando se divulgou que Artur Neiva e o próprio prefeito, Washington Luís, caíram adoentados. Entregue à própria sorte, a população fez da solidariedade a única defesa possível. No livro *A gripe espanhola em São Paulo*, 1918, o autor Cláudio Bertolli Filho diz que “os paulistanos velaram pelos seus enfermos, ajudando os necessitados, emprestando dinheiro e até compartilhando receitas”.

A Cruz Vermelha Brasileira foi a primeira organização não governamental a socorrer os doentes. A Liga Nacionalista imprimiu, por conta própria, e distribuiu milhares de panfletos educativos. A Igreja Católica passou a distribuir sopas, no que foi seguida pelas lojas maçônicas. O Clube Palestra Itália, atual Palmeiras, e o Colégio Mackenzie abrigaram hospitais provisórios. A Companhia Antarctica e outras empresas, como a Cristaleria Itália, organizaram farmácias para seus empregados. A fábrica de juta de Jorge Street foi além e distribuiu ao público

produtos considerados preventivos, como a vaselina mentolada. O jornal *O Estado de S. Paulo* abriu a primeira subscrição pública relevante, logo incorporada pelo diário da colônia italiana, o *Fanfulla*. Como resultado do esforço de toda a sociedade, São Paulo pôde contar com 10 mil leitos em oito hospitais permanentes e 31 provisórios, mais 44 postos de socorro que forneciam consultas, remédios e alimentos gratuitamente. No dia 19 de dezembro de 1918, foi anunciado o fim da epidemia, após 66 dias de terror.

Na Conferência de Paz de Paris, em 1919, foram lançadas as bases para o atual sistema internacional de combate a epidemias e controle global de saúde. Todos os principais participantes, inclusive o presidente dos Estados Unidos Woodrow Wilson, foram infectados pela gripe espanhola, o que mostra que, se por um lado as infecções virais têm um caráter democrático, no sentido de que atingem igualmente todas as classes sociais, por outro, são as camadas menos favorecidas que amargam as consequências mais nefastas.

&



Apu Gomes (F)/Folhapress

Chester Williams, ex-jogador e lenda de rúgbi, campeão mundial em 1995, durante aula do esporte para adolescentes em favela de Paraisópolis, em São Paulo (SP)

## DOMÍNIO BRANCO

texto FILIPE LOPES

Há 70 anos, a população negra da África do Sul encarava o apartheid, que transformou o racismo em lei retirando seus direitos e dando privilégios à minoria branca no país. Além de restringir acesso à saúde e à educação e proibi-los de frequentar locais exclusivos para brancos, o regime provocou forte embargo comercial.

Mesmo após o fim da segregação, na década de 1990, a África do Sul ainda sofria com o racismo. A Copa do Mundo de Rúgbi de 1995 – esporte mais popular de lá – serviu para o então recém-empossado presidente Nelson Mandela (principal líder do movimento negro) promover a igualdade pelo esporte.

Na foto, Chester Williams, ex-jogador de rúgbi, campeão mundial em 1995, durante aula para adolescentes em favela de Paraisópolis, em São Paulo (SP). A conquista inspirou a publicação do livro *Invictus – conquistando o inimigo*, também adaptado para filme.

## PRÊMIO ADNEWS CULTURA DIGITAL



PRÊMIO CELEBRARÁ AS MARCAS QUE MELHOR DESENVOLVEM A CULTURA DIGITAL.  
CONSULTE A NOSSA EQUIPE COMERCIAL E SEJA PATROCINADOR DESTA CELEBRAÇÃO

ADNEWS

 TroianoBranding

CONTATO: COMERCIAL@ADNEWS.COM.BR

(11) 5573-8021




---

## A REFORMA TRABALHISTA ALTEROU MAIS DE 100 PONTOS DA CLT. **VOCÊ TEM ALGUMAS DÚVIDAS?**

Desde novembro do ano passado, a Reforma Trabalhista trouxe muitos impactos e uma série de dúvidas. As mudanças são profundas e complexas. Por isso mesmo, a FecomercioSP está fazendo uma grande mobilização em seu portal para oferecer respostas e esclarecimentos a empregados e empregadores. São conteúdos, cartilhas, reportagens e análises sobre temas como a jornada de trabalho, contrato intermitente, rescisão, férias, home office, entre outros direitos, benefícios e obrigações.

ENTÃO, SE VOCÊ QUER ENTENDER  
DE MANEIRA PRÁTICA, SIMPLIFICADA  
E CONFIÁVEL TUDO O QUE MUDOU, ACESSE  
[WWW.FECOMERCIO.COM.BR/REFORMA-TRABALHISTA](http://WWW.FECOMERCIO.COM.BR/REFORMA-TRABALHISTA)